



Trump anuncia taxa de 10% para produtos brasileiros

Queda no preço dos alimentos pode levar à redução dos juros, diz Tebet

Página 4

Presidente do BC anuncia uso de Pix como garantia de empréstimos

Página 3

Fiocruz identifica impactos da exploração de petróleo no pré-sal

A Fiocruz e o Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT), por meio do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS), elaboraram o Relatório Analítico de Perdas e Danos da Cadeia do Petróleo e Gás do Pré-Sal, que identifica 25 possíveis impactos ainda não listados por estudos que embasaram o licenciamento do pré-sal, especificamente o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (Rima).

Nos estudos técnicos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e das empresas que operam os empreendimentos, são consideradas três categorias de impacto: físicos (alterações no solo, água, ar), bióticos (plantas, animais); e socioeconômicos (afetam o modo como as pessoas vivem, trabalham, se divertem e convivem em comunidade), além dos aspectos de cumulatividade (soma de vários impactos no mesmo lugar).

A partir do estudo do OTSS, a Fiocruz e o FCT propuseram cinco novas categorias de impacto ainda não consideradas pelos documentos oficiais:

- Culturais;
- Econômicos e sobre o bem-estar material;
- Institucionais, legais, políticos e igualdade;
- Sobre a qualidade do meio ambiente habitado e o bem-viver
- Sobre a saúde e o bem-estar das pessoas afetadas pelo empreendimento.

Neste contexto, boa parte das perdas e danos verificada pelo novo estudo foi identificada a partir de lacunas no processo de licenciamento. “Um exemplo são os impactos dos navios aliviadores, que são analisados em documentos diferentes do EIA de exploração de petróleo em águas ultraprofundas do pré-sal. Assim, nenhum EIA de quaisquer das três etapas do pré-sal apresenta a análise dos impactos dos navios aliviadores, somente dos navios-plataformas, o que leva a uma visão fragmentada e insuficiente dos impactos reais do empreendimento de exploração do petróleo do pré-sal”, afirma a Fiocruz.

Página 3

STF decide que prática de revista vexatória em presídios é ilegal



Foto: Marcello Casal Jr./Agência Brasil

Página 12

Governo de SP lança fase amarela e anuncia ações de prevenção e combate da Operação São Paulo Sem Fogo

O Governo de São Paulo anunciou, na quarta-feira (2), o início da fase amarela da Operação São Paulo Sem Fogo deste ano. Essa fase antecede o período mais crítico da estiagem e concentra ações de prevenção e preparação, como a compra de equipamentos, treinamentos, contra-

tação de novos agentes, revisão de protocolos, planejamento de operações, limpeza e realização de aceiros. Para este ano, o Governo de São Paulo também tornou mais duras as multas para quem provoca incêndios criminosos e aos produtores rurais que não adotarem medidas de prevenção. Página 2

Construção civil faz ação de combate à violência sexual infantil

Página 4

Esporte

Tsunoda estreia na Red Bull correndo em casa no Japão

Por Tiago Mendonça

A trajetória de Liam Lawson na Red Bull durou apenas duas corridas. Enfrentando dificuldades com o carro, preparado mais para o estilo de pilotagem de Max Verstappen, o neozelandês repetiu os maus resultados de seu antecessor Sergio Pérez e se classificou em último lugar na China.

Sem perspectivas de ganho de desempenho no curto prazo, a cúpula da equipe optou por uma manobra ousada, promovendo a substituição imediata de Lawson pelo japonês Yuki Tsunoda, da Racing Bulls. Os dois trocam de lugar a partir deste fim de semana, com Lawson voltando à Racing Bulls.

Há rumores de que Verstappen não teria gostado da decisão da chefia de realizar a troca, dando tão pouco tempo a Lawson.

Tsunoda está em sua quinta temporada como piloto de F-1 e foi consistentemente mais rápido que Lawson na parte final do campeonato do ano passado (fez 6 a 0 em classificações). O consultor da Red Bull e chefe do programa de jovens talentos, Helmut Marko, admitiu que “a promoção de Lawson foi um erro”.

Pesam a favor de Tsunoda não apenas o próprio bom desempenho, como também o suporte da Honda, fornecedora de motores da Red Bull e dona do circuito de Suzuka. Correndo em casa, Tsunoda terá um carro, pelo menos em teoria, em condições de



Foto: Red Bull Content Pool

Yuki Tsunoda

brigar por melhores resultados. Em teoria porque desde a saída de Daniel Ricciardo, em 2018, a Red Bull nunca mais viu o se-

gundo piloto obter um desempenho próximo ao de Verstappen, com exceção do início da passagem de Pérez pelo time. Tsunoda

tenta reverter este cenário depois de pleitear muito pela vaga.

Ele chegou a estar pela Red Bull em Abu Dhabi no final de 2024, nos treinos de pós-temporada, e se irritou tanto por não ser o escolhido como companheiro de Verstappen na época que trocou até de empresário. Agora, a oportunidade finalmente apareceu, apesar das circunstâncias desafiadoras.

A Red Bull vai usar neste fim de semana uma pintura especial branca, em alusão ao histórico Honda RA272, carro que deu à montadora japonesa sua primeira vitória na Fórmula 1, em 1965. O primeiro treino livre em Suzuka está marcado para 23h30 desta quinta-feira, 3, no horário de Brasília.

Mitsubishi Cup abre temporada 2025 em Ribeirão Preto

Os motores vão roncar na capital do Agronegócio: Ribeirão Preto (SP) foi a cidade escolhida para dar o início ao maior campeonato de rally raid de velocidade do país: a Mitsubishi Cup. Neste próximo sábado (5), pilotos e navegadores vão encarar um trecho cronometrado de 32,72 km, que será percorrido por três vezes, totalizando 98,16 km de pé fundo no acelerador. A concentração da 1ª etapa da Mit Cup estará no Talula Cable Park.

E quem volta a acelerar é o jovem Pedro Marcondes – que estreou como piloto de rally na

última etapa da temporada 2024 da Mit Cup, e contou com a navegação do experiente Artemio Pauluci. Juntos, eles passam a ser oficialmente a segunda dupla a representar a equipe Braço Curto MotorSport nos rally's nacionais.

“Estou muito feliz com a oportunidade de acelerar um dos carros de rally da Braço Curto MotorSport. Deu tudo certo no momento da minha estreia, sem qualquer tipo de ocorrência. Melhorei meus tempos volta-a-volta e fui adquirindo segurança para acelerar, de forma que fui conhecendo melhor o carro (limites e reações) a cada bateria”, ex-

plicou Pedro. “Estou bem otimista para esse ano. Vou aproveitar para treinar e me aperfeiçoar nas provas da Mit Cup, pois os planos da equipe para mim são mais ambiciosos”, falou o piloto, indicando que vem novidade para os próximos meses.

A etapa terá alguns trechos inéditos, a exemplo de 5 km de areia que prometem desafiar os off-road. As estradas – que cortam canaviais – mesclam trechos de alta e média velocidade, intercalando setores mais sinuosos.

“O Pedro já demonstrou ter potencial e responsabilidade para

ser um grande piloto. E me sinto honrado pelo convite de seguir navegando para ele, uma vez que o planejamento é disputar a temporada inteira. A Mit Cup é bem organizada, com circuitos técnicos que nos ensinam bastante, será uma boa escola para ele e para mim também”, afirmou Artemio.

A dupla da Braço Curto MotorSport vai acirrar a disputa pelo pódio da categoria Triton ER, mas o evento também é formado pelas categorias Eclipse Cross R, Outlander Sport R, Triton Sport RS e Triton Sport R. A largada do primeiro carro é às 8h, com previsão de en-

cerramento às 18h.

Programação – 1ª etapa 05 de abril

8h: Largada do primeiro carro – Prova 1; 10h20: Largada do primeiro carro – Prova 2; 12h40: Largada do primeiro carro – Prova 3; 13h: Abertura do parque fechado; 16h às 17h: Premiação; 18h: Encerramento do evento

A Braço Curto MotorSport tem patrocínio de Conasa Infraestrutura, Companhia Águas de Itapema, AMC Construções, New Holland – Shark Máquinas, Hipper Freios e Makmo Infraestrutura.

DÓLAR	
Comercial	
Compra: 5,68	
Venda: 5,69	
TURISMO	
Compra: 5,74	
Venda: 5,92	
EURO	
Compra: 6,17	
Venda: 6,17	

SP abriu mais postos de trabalho que 23 estados do Brasil em fevereiro

Com 37.331 mil postos de trabalho com carteira assinada criados em fevereiro de 2025, a cidade de São Paulo criou mais empregos formais do que 23 estados e o Distrito Federal, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo CAGED). O número de empregos gerados na cidade de São Paulo supera o de algumas das maiores unidades federativas brasileiras, como Rio de Janeiro e Santa Catarina.

Além disso, o rendimento médio do trabalhador da capital é de R\$ 5.453, valor 69,6% maior em relação à média nacional de

acordo com uma análise feita pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho com base na Pnad Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do último trimestre de 2024, dado mais recente disponível.

O levantamento aponta que o saldo positivo da capital paulista só ficou atrás dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, refletindo a política intensiva para a geração de emprego e renda adotada pela Prefeitura de São Paulo, que vem implementando incentivos e inovações ano a ano para tornar a capital cada vez

mais competitiva e atrativa para investimentos privados.

Em fevereiro, a cidade de São Paulo apresentou desempenho positivo em setores estratégicos (ver ranking abaixo), com destaque para Economia Criativa, que terminou o mês com 7.287 vagas. Na sequência aparecem Infraestrutura e Construção (5.904), Turismo e Gastronomia (5.741) e Comércio e Varejo (4.591).

“Somente nos dois primeiros meses de 2025 foram ofertados mais de 11,5 mil vagas de emprego no Cate, um esforço de nossas equipes para proporcionar um serviço de qualidade ao tra-

balhador, que busca recolocação profissional”, ressalta o secretário municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, Rodrigo Goulart. “A cidade de São Paulo está com índice de desemprego em 6,1%, a mais baixa da série histórica, uma demonstração de que o empenho realizado para oferecer segurança jurídica para atrair empresas para a capital tem gerado frutos.”

Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo

As empresas também encontram no Cate o suporte necessário e gratuito para realizar proces-

sos seletivos de todos os portes. Recentemente, a unidade de Interlagos promoveu a seleção para cargos de apoio do festival Lollapalooza, com mais de 700 vagas. Mobilizamos nossa equipe para auxiliar a empresa, que precisava em um curto espaço de tempo, preencher as vagas para os três dias de funcionamento de um dos principais festivais de música do país”, complementa o secretário.

A rede com 44 unidades fixas e móveis faz a divulgação de vagas, intermediação e seleção de mão de obra para diversas empresas parceiras. Para melhor

atender à demanda do mercado de trabalho, a administração municipal também oferece capacitação por meio de cursos em diferentes áreas. Somente no ensino EAD são disponibilizados mais de 300 cursos gratuitos no Portal Cate.

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho também oferece apoio aos microempreendedores da cidade e conta com iniciativas que disponibilizam oportunidades de emprego e capacitação, como o Programa Operação Trabalho - POT para pessoas com os mais diversos perfis. (Prefeitura de SP)

Fundo Social arrecada mais de R\$ 2 mi em primeiro leilão de material reciclável

O Fundo Social de São Paulo arrecadou R\$ 2,07 milhões no primeiro leilão de material reciclável de 2025, realizado em 20 de março. O certame digital ofertou 116 lotes em 23 cidades, incluindo a capital, com sucatas de informática, eletroeletrônicos, mobiliários e outros itens doados. O valor será investido em projetos de desenvolvimento social mantidos nos municípios do estado.

“Esse é mais um resultado importante que evidencia o papel dos leilões do Fundo Social de São Paulo. Eles são essenciais para ampliar nossos programas de desenvolvimento social

em todo o estado. Todo o valor arrecadado é destinado a iniciativas como cursos de qualificação profissional e Praças da Cidadania, que geram novas oportunidades para as pessoas”, afirma a primeira-dama e presidente do órgão, Cristiane Freitas. Ao participarem dos leilões do Fundo Social, os compradores dos materiais precisam dar a destinação correta dos bens e cumprir com as normas de saúde e meio ambiente, seja por meio de ações de reciclagem, consertos ou de reaproveitamento.

Em 2023 foram realizados 3 leilões, com arrecadação total de

cerca de R\$ 7,7 milhões. Em 2024, os dois leilões do ano arrecadaram R\$ 4,3 milhões para financiar projetos sociais.

Como doar

Além de órgãos públicos, o Fundo Social de São Paulo também recebe doações de materiais em desuso e sucatas de particulares como pessoas físicas e jurídicas.

Produtos como papéis, pneus, peças de veículos ou equipamentos, eletrônicos, utensílios de cozinha residencial ou industrial, equipamentos de informática, materiais de escritório,

mobiliários de aço, sucatas de metais diversos, e qualquer objeto que esteja sem uso podem ser doados e entregues no depósito do órgão, que fica na Zona Oeste da capital paulista.

Para doar, é necessário entrar em contato com o CMEX – Centro de Material Excedente, do Fundo Social de São Paulo. Telefones: (11) 3238-3933/3934. Outra alternativa é o (11) 3714-9895 ou o email: cmexfussp@sp.gov.br. Para participar dos leilões, basta acessar o site do Fundo Social, www.fundosocial.sp.gov.br e verificar as informações no Menu “Editais”. (Governo de SP)

Governo lança fase amarela e anuncia ações de prevenção e combate da Operação São Paulo Sem Fogo

O Governo de São Paulo anunciou, na quarta-feira (2), o início da fase amarela da Operação São Paulo Sem Fogo deste ano. Essa fase antecede o período mais crítico da estiagem e concentra ações de prevenção e preparação, como a compra de equipamentos, treinamentos, contratação de novos agentes, revisão de protocolos, planejamento de operações, limpeza e realização de aceiros. Para este ano, o Governo de São Paulo também tornou mais duras as multas para quem provoca incêndios criminosos e aos produtores rurais que não adotarem medidas de prevenção.

O anúncio da nova fase aconteceu no Parque Juquery, em Franco da Rocha, durante exercício simulado de gestão de incêndios. Em 2021, o local sofreu uma grande queimada que consumiu mais de 50% da vegetação nativa. O simulado integrou a parte prática do primeiro treinamento do ano. No dia anterior, agentes e brigadistas das Defesas Civis das cidades da Grande São Paulo participaram de aulas teóricas ministradas no Palácio dos Bandeirantes. Durante o evento foi anunciada a compra, pela Defesa Civil, de 101 veículos e 336 equipamentos, incluindo kits de combate a incêndio, com aporte de R\$17,3 milhões e previsão de entrega para o final de maio.

Durante os meses de abril e maio, equipes dos diferentes órgãos envolvidos percorrerão todas as regiões do estado treinando os agentes e brigadistas, em 15 oficinas preparatórias. Além do treinamento, durante as oficinas serão distribuídos kits com materiais de proteção individual e combate às queimadas para cerca de 200 municípios prioritários, com investimento de R\$ 800 mil.

Também foi anunciada a ampliação do novo Centro Gerenciamento de Emergência (CGE), com o reforço nas equipes e a contratação de um novo serviço de meteorologia que trará previsões e alertas mais precisos, além de uma nova estrutura para abrigar o gabinete de crise, quando acionado em razão de cenário crítico de incêndios.

“Este ano estamos iniciando a fase de preparação com força total. Vamos colocar todo o time em campo para levar treinamento a todas as regiões do estado e faremos a entrega de equipamen-

tos e viaturas para os municípios paulistas, tornando nosso Sistema estadual de Defesa Civil ainda mais preparado para a estiagem”, ressalta o Coronel Henguel Pereira, Coordenador Estadual de Defesa Civil.

Fundação Florestal

A Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (Semil), em preparação para o período de estiagem e queimadas previsto para 2025, está destinando, por meio da Fundação Florestal, cerca de R\$ 11 milhões iniciais à Operação SP Sem Fogo. O objetivo é fortalecer a capacidade de resposta e prevenção, assegurando uma atuação eficiente e coordenada.

Os investimentos incluem a contratação de Bombeiros Civis, serviços de aeronaves (fixas e rotativas) para o combate a incêndios e a aquisição de ferramentas e equipamentos, como motobombas e mochilas costas, entre outros. Além disso, um novo sistema de gestão operacional vai possibilitar o controle de equipes e territórios por geolocalização, aperfeiçoando a estratégia.

Além de participar dos treinamentos previstos nos meses de abril e maio, a Fundação Florestal executa continuamente a retirada de massa vegetal – os aceiros – em pontos estratégicos de áreas como o Parque Estadual Aguapeí, Parque Estadual Rio do Peixe, Parque Estadual Morro do Diabo, Estação Ecológica do Jataí e Parque Estadual Vassununga. A medida é fundamental para prevenir incêndios e proteger os ecossistemas e comunidades locais.

Punições severas

Para este ano, a Semil implementou mudanças na legislação ambiental visando coibir queimadas ilegais. As alterações na Resolução SIMA 05/2021, publicadas nesta terça (1), estabelecem punições mais severas para a utilização irregular do fogo em áreas rurais.

A principal alteração é a criação de uma multa específica para proprietários rurais que não adotarem medidas preventivas contra incêndios florestais, com valores que variam entre R\$ 5 mil e R\$ 10 milhões. A norma também aumenta as penalidades para quem provocar incêndios em áreas

produtivas ou vegetação sem autorização, com multas de R\$ 3 mil por hectare atingido, podendo dobrar em casos mais graves, como incêndios em terras indígenas. A legislação anterior previa multa de até R\$ 1,5 mil por hectare.

Proteção da Fauna Silvestre

A Diretoria de Biodiversidade e Biotecnologia (DBB) da Semil está implementando ações estratégicas para proteger e atender animais silvestres afetados por incêndios florestais. Entre as medidas, destacam-se a elaboração de um protocolo alimentar de emergência e de um protocolo de resgate e cuidados, para padronizar e otimizar o atendimento aos animais vitimados pelo fogo. Esses protocolos servirão como guias para as equipes em campo, assegurando procedimentos eficientes e seguros no manejo da fauna afetada.

A DBB também promoverá capacitações específicas para as equipes da Fundação Florestal, a fim de prepará-las para atuar com máxima eficiência no resgate e no atendimento aos animais.

Em colaboração com a Política Ambiental, serão definidos procedimentos para o encaminhamento adequado dos animais resgatados, garantindo que recebam os cuidados necessários em centros especializados. A Coordenação de Gestão de Centros de Triagem de Animais Silvestres (Cetras) e a Coordenação de Gestão de Fauna Silvestre, ambas da Semil, retomaram a atuação em rede com as 30 unidades do Cetras espalhadas pelo estado, com o objetivo de otimizar a comunicação entre as instituições e melhorar o fluxo de atendimento e a entrega dos animais resgatados.

Adicionalmente, será realizado um alinhamento com clínicas veterinárias interessadas em se vincular aos Cetras em todo o estado, estabelecendo pontos de apoio durante o período crítico de queimadas. Essa ação visa ampliar a rede de suporte e garantir atendimento ágil e especializado aos animais necessitados.

Estradas

O Departamento de Estradas de Rodagem (DER/SP) está investindo mais de R\$ 300 milhões em contratos de roçada e capina, envolvendo mais de 300 profissionais e 1.072 colaboradores

operacionais das Unidades Básicas de Atendimento (UBAs), que atuam também no combate a focos de incêndio. O novo edital para as UBAs prevê ainda a aquisição de 56 caminhonetes equipadas com recursos autônomos para atendimento 24 horas. Essas iniciativas integram a estratégia de conservação de rotina, que abrange a limpeza da faixa de domínio, roçada, retirada de resíduos e outras intervenções preventivas, contribuindo para reduzir a carga de material combustível nas rodovias.

Investimento recorde

Em 2024, o Brasil enfrentou a maior seca de sua história. Para combater os incêndios durante esse período, o Governo de São Paulo realizou uma operação histórica, mobilizando 15 mil pessoas, criando um gabinete de crise e investindo R\$ 260 milhões em equipamentos, aviões e helicópteros.

Somente na contratação de aviões, helicópteros e na compra de querosene para o combate aos focos de incêndio, o Governo de SP investiu R\$ 18,8 milhões, valor 76% superior ao total investido nos últimos nove anos. Durante a atuação do gabinete de crise, as aeronaves totalizaram 1.598 horas de voo e lançaram mais de 7,38 milhões de litros de água sobre os focos de incêndio.

Por terra, foram utilizados quase 2,5 mil veículos, incluindo viaturas, caminhões-pipa e veículos das empresas agrícolas, além de diversas ações preventivas, como vistorias em áreas vulneráveis a queimadas, construção de aceiros e campanhas de conscientização para a população.

“Esses investimentos têm origem nas diferentes pastas que integram a Operação São Paulo sem Fogo, e são aplicados de forma integrada, de acordo com a necessidade. Estamos reforçando o planejamento e a prevenção, com novos investimentos, com o objetivo de reduzir as ocorrências no período crítico e ampliar a coordenação e a rapidez na resposta”, enfatiza a secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Natália Resende. Ela ressaltou que entre as áreas queimadas em São Paulo em 2024, apenas 1,3% ocorreram em Unidades de Conservação de Proteção Integral. (Governo de SP)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

Destakes da bancada do Podemos, entre eleitos(as) pela 1ª vez: Gabriel Abreu, marido da deputada federal (SP) Renata Abreu e Simone Ganem, que representa muito do que o espírito de uma mulher pode significar [pras famílias e pros animais]

PREFEITURA (São Paulo)

Programa de Metas [até 2028] do reeleito Ricardo Nunes (MDB) é próprio de quem não vai encerrar a carreira política no cargo [reeleito 2024]. Isso deve ficar bem claro até o final deste ano, com promessas de campanha começando a ser cumpridas

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Já que o Senado tá na mira das eleições 2026, vale lembrar que a atual vereadora Janaina (PP) foi candidata a senadora [PRTB em 2022]. Foi a mais amarga das decepções da mais votada [2018] deputada [mais de 2 milhões de votos] da história da ALESP

GOVERNO (São Paulo)

Agora que o Secretário (Segurança Pública) e deputado federal (SP) Derrite saiu do PL e voltou pro PP [pra disputar o Senado 2026], o principal [Kassab] Secretário do governador Tarcísio (Republicanos) e dono do PSD vai apoiar a reeleição da senadora Gabrielli?

CONGRESSO (Brasil)

Os atuais senadores por SP: em 2018 foi eleita Mara Gabrielli (PSD) e Olimpio (falecido). Em 2026, o PL e o PT devem ter candidaturas [por São Paulo] pra diminuir as vantagens das bancadas do MDB do Temer e PSD do Kassab no Senado Federal

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Lula (dono do PT) tá preocupado em retaliar [via Congresso] às medidas tributárias do 2º governo Trump. O presidente (EUA) anunciou Dia [da Libertação da América], aumentando tarifas comerciais com o mundo. Pode virar a 1ª guerra econômica global

PARTIDOS

Ex-deputado federal (SP), Costa Neto (dono do PL) e o senador Ciro Nogueira (dono do PP) se acertaram: o deputado federal (SP) Derrite (Secretário Segurança Pública) do governador (SP) Tarcísio (Republicanos) foi pro PP. Vai disputar o Senado? ...

(Brasil)

... O reformado capitão (PM) Derrite foi eleito deputado federal (SP) em 2018 pelo PP (ex-Arena). Disputará o Senado [com 2 cadeiras em 2026]? O deputado federal (SP) Ricardo Sales já tinha deixado o PL. Ele foi pro Novo, pra disputar o Senado 2026

JUSTIÇAS (Brasil)

Alexandre Moraes (Supremo) quer prisão preventiva do ex-presidente Bolsonaro (PL) pra garantia da ordem pública e instruções processuais, diminuindo ações no ato [avenida Paulista em 6 abril 2025] por anistia aos condenados [8 janeiro 2023]

ANO 33

O jornalista Cesar Neto usa Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu “Medalha Anchieta” da Câmara (São Paulo) e “Colar de Honra ao Mérito” da Assembleia (SP) ... por se tornar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ...

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - “bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque eles serão fartos;” Mateus 5:6

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Angelo Augusto D.A. Oliveira
Mtb. 69016/SP

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50
Impressão: Gráfica Pana

Presidente do BC anuncia uso de Pix como garantia de empréstimos

Uma das prioridades do Banco Central (BC) neste ano será a modernização do Pix, com a criação de funcionalidades e a melhoria de modalidades já existentes, disse na quarta-feira (2) o presidente do órgão, Gabriel Galipolo. Em evento para comemorar os 60 anos da instituição, ele anunciou que a autoridade monetária pretende lançar um sistema que permita o uso do Pix como garantia de empréstimos.

Uma das novidades anuncia-

das por Galipolo foi a criação do Pix Garantido. Nessa modalidade, em desenvolvimento pelo Banco Central desde o ano passado, o Pix pode ser usado como garantia de empréstimo, permitindo que empresas utilizem os recebimentos futuros para obter crédito com melhores condições.

Além do Pix Garantido, Galipolo anunciou que o BC está investindo em melhorias no Pix por aproximação, que se tornou obrigatório em fevereiro, e o Pix parcelado, cujo lançamento está previsto para setembro deste ano.

O Pix parcelado, na prática, equivalerá a uma compra com cartão de crédito parcelado. O recebedor continuará a receber o valor total da venda de forma imediata, mas o pagador contratará um crédito pessoal na hora de dividir a compra. Segundo Galipolo, o Pix parcelado deverá oferecer juros mais baixos que o dos cartões.

Durante a cerimônia, Galipolo também anunciou a intenção de continuar a investir na segurança do Pix. "Pretendemos evoluir no processo de segurança do Pix, rastreando recursos em função de golpes", declarou Galipolo.

Recentemente, o BC anunciou uma série de melhorias na segurança do Pix, como a exclusão de cerca de 8 milhões de chaves associadas a Cadastros de Pessoas Físicas (CPF) em situação irregular. A medida pretende prevenir que fraudadores usem Pix associados a pessoas

mortas para aplicar golpes.

O presidente do BC também anunciou a intenção de continuar a desenvolver o Drex, versão virtual do real. Recentemente, a autoridade monetária anunciou que a primeira fase do projeto da criptomoeda enfrentou problemas em relação à privacidade, à proteção dos dados e à fiscalização pela autoridade monetária.

O desenvolvimento da segunda etapa do Drex, que prevê a execução de contratos automa-

tizados e modelos de negócios criados pelos consórcios que participaram da primeira etapa, também atrasou.

No evento, o Banco Central e os Correios lançaram o selo institucional em comemoração aos 60 anos da autoridade monetária. O BC também anunciou um programa de entrevistas entre Galipolo e ex-presidentes do BC, com episódios a serem transmitidos às quintas-feiras no YouTube. (Agência Brasil)

Em 8 meses, Voa Brasil viabilizou 35,4 mil passagens para aposentados

Criado em julho de 2024, para estimular aposentados a viajarem de avião, o programa federal Voa Brasil já viabilizou a reserva de 35.419 passagens aéreas de até R\$ 200 por trecho (ida ou volta). Resultado suficiente para lotar, em apenas oito meses, 270 aviões com capacidade para até 131 pessoas.

"O objetivo do programa, de incluir novos usuários no transporte aéreo, de permitir que grupos como os aposentados do INSS [Instituto Nacional do Seguro Social] possam encontrar passagens mais acessíveis, sem

subsídio, está plenamente atingido", afirmou o ministro Sílvio Costa Filho, em nota do Ministério de Portos e Aeroportos divulgada na terça-feira (2).

Segundo a pasta, São Paulo continua sendo a cidade mais procurada pelos aposentados, com 10.261 bilhetes reservados (quase 30% do total), seguida pelo Rio de Janeiro (3.050), Recife (2.745), Fortaleza (2.453) e Brasília (2.268). Entre os 20 principais destinos, apenas três não são capitais: Campinas, em São Paulo; Juazeiro do Norte, no Ce-

ará; e Porto Seguro, na Bahia.

No geral, as passagens reservadas no período têm como destino 82 dos 5.570 municípios. Outra curiosidade: em fevereiro e março deste ano, Recife foi o segundo destino mais procurado pelos beneficiários do programa, ultrapassando a capital fluminense.

"Há um dado que mostra o interesse dos aposentados pelo programa. Neste período, cerca de 150 mil beneficiários acessaram o sistema, resultando em 35 mil bilhetes reservados, ou 24% dos interessados. No site das

companhias aéreas, este percentual fica entre 1% e 3%. Ou seja, o número de reservas confirmadas no Voa Brasil tem um percentual muito superior", avaliou o secretário nacional de Aviação Civil, Tomé Barros Franca.

Tratado pelo governo federal como um "programa de inclusão social da aviação civil brasileira", o Voa Brasil não se vale de recursos públicos. Empresas aéreas parceiras da iniciativa oferecem, por até R\$ 200 o trecho, as vagas ociosas em voos programados para dias, horários ou

épocas de baixa demanda.

Ao instituir o programa, o ministério anunciou a expectativa de que cerca de três milhões de passagens fossem disponibilizadas para um público-alvo de cerca de 23,3 milhões de aposentados. E que o programa seja estendido para outros públicos, como parte dos estudantes brasileiros, o que deve ser feito na segunda fase do Voa Brasil, a ser anunciada em breve.

Para participar do programa e obter uma passagem, o aposentado do INSS deve acessar o site

– para isso, contudo, é necessário já ter ou criar uma conta nível ouro ou prata no portal gov.br, o que garante a autenticação e validação das informações pessoais do usuário.

O programa dá direito a dois bilhetes aéreos por ano, mas o aposentado interessado só consegue reservar a passagem caso não tenha viajado de avião nos 12 meses anteriores. No instante da reserva, é possível consultar e escolher a data, origem e destino, conforme a disponibilidade. (Agência Brasil)

Fiocruz identifica impactos da exploração de petróleo no pré-sal

A Fiocruz e o Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT), por meio do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS), elaboraram o Relatório Analítico de Perdas e Danos da Cadeia do Petróleo e Gás do Pré-Sal, que identifica 25 possíveis impactos ainda não listados por estudos que embasaram o licenciamento do pré-sal, especificamente o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (Rima).

Nos estudos técnicos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e das empresas que operam os empreendimentos, são consideradas três categorias de impacto: físicos (alterações no solo, água, ar), bióticos (plantas, animais); e socioeconômicos (afetam o modo como as pessoas vivem, trabalham, se divertem e convivem em comunidade), além dos aspectos de cumulatividade (soma de vários impactos no mesmo lugar).

A partir do estudo do OTSS, a Fiocruz e o FCT propuseram cinco novas categorias de impacto ainda não consideradas pelos documentos oficiais:

- Culturais;
- Econômicos e sobre o bem-estar material;
- Institucionais, legais, políticos e igualdade;
- Sobre a qualidade do meio ambiente habitado e o bem-viver
- Sobre a saúde e o bem-estar das pessoas afetadas pelo empreendimento.

Neste contexto, boa parte das perdas e danos verificada pelo novo estudo foi identificada a partir de lacunas no processo de licenciamento. "Um exemplo são os impactos dos navios aliviado-

res, que são analisados em documentos diferentes do EIA de exploração de petróleo em águas ultraprofundas do pré-sal. Assim, nenhum EIA de quaisquer das três etapas do pré-sal apresenta a análise dos impactos dos navios aliviadores, somente dos navios-plataformas, o que leva a uma visão fragmentada e insuficiente dos impactos reais do empreendimento de exploração do petróleo do pré-sal", afirma a Fiocruz.

"Foram aspectos como esses que, por enquanto, geraram nova revisão do EIA pelo órgão licenciador, que já cita os impactos gerados pelos navios aliviadores no documento para a etapa 4 do pré-sal. A gente espera que considerem as demais recomendações também", diz a bióloga Lara Bueno Chiarelli Legaspe, pesquisadora do OTSS e parte do grupo que elaborou o relatório Perdas e Danos.

Para Leonardo Freitas, coordenador-geral de Governança e Gestão do OTSS e revisor técnico do estudo, é preciso considerar a relevância do licenciamento ambiental como política pública. "Portanto, é fundamental que as populações afetadas por esses empreendimentos possam incidir sobre o licenciamento. Não apenas denunciar problemas quando são observados, mas avançar fazendo anúncios e, na medida do possível, contribuindo para fortalecer e melhorar esse licenciamento. O Estudo de Perdas e Danos busca não apenas mostrar lacunas em relação ao licenciamento do Pré-Sal, até porque suas recomendações valem para muitos empreendimentos licenciados Brasil afora", argumenta.

O relatório também traz 14 re-

comendações para aprimorar o processo de licenciamento e fortalecer a defesa de territórios tradicionais localizados na área de influência do empreendimento. "Entre elas, está centrar a análise do licenciamento ambiental e de suas condicionantes a partir do conceito de Territórios Sustentáveis e Saudáveis, perspectiva que vai além dos meios tradicionalmente avaliados (físico, biótico e socioeconômico), considerando que há relação entre os impactos de diferentes meios, que se acumulam e potencializam", diz a Fiocruz.

"O relatório é muito importante porque traz contribuições fundamentais para avaliar impactos que estão além dos contemplados para o licenciamento. Mas precisamos aprofundar as discussões sobre as demandas apontadas para definir os nexos causais entre os novos impactos e a atividade de exploração de petróleo e gás. É uma grande iniciativa para ajudar a aprimorar nossos processos e a prevenir perdas de forma estratégica e antecipada", avalia Carlos Eduardo Martins Silva, analista do Ibama que atua na Coordenação de Petróleo e Gás Offshore.

A exploração do pré-sal, a camada ultraprofunda no oceano que armazena petróleo e gás natural, começou há cerca de 18 anos no Brasil. Essa camada tem cerca de 800 quilômetros de extensão e 200 quilômetros de largura, e está localizada entre os estados do Espírito Santo e de Santa Catarina. É tão grande que nela caberiam mais de três estados do Rio de Janeiro.

Segundo o estudo, em três etapas de perfuração, exploração

e alteração no ambiente original, muitos impactos invisíveis já trouxeram consequências notáveis na saúde mental das pessoas e na dinâmica das comunidades. Em processo de licenciamento ambiental pela Petrobras junto ao Ibama, a Etapa 4 tem agora como objetivo ampliar a exploração de petróleo e gás natural do pré-sal da Bacia de Santos, dando continuidade aos projetos Etapa 1, Etapa 2 e Etapa 3.

Os dez projetos que compõem a Etapa 4 terão cerca de 152 poços, totalizando uma produção média estimada de 123 mil m³/dia de petróleo e 75 milhões de m³/dia de gás natural. O tempo médio de operação previsto para cada uma das unidades é de 25 anos. Segundo a Fiocruz, para se ter uma ideia, 123 mil m³ de petróleo bruto seriam suficientes para abastecer aproximadamente 5,7 milhões de carros por dia, considerando o petróleo bruto necessário para produzir a gasolina.

"A gente gostaria de aprimorar a forma de fazer esse licenciamento. E as condicionantes também devem ser dialogadas com as comunidades. Do que os territórios precisam? Saneamento, educação, formação? Há várias outras possibilidades de condicionantes", aponta Marcela Cananéa, coordenadora de Justiça Socioambiental do OTSS e integrante das coordenações do Fórum de Comunidades Tradicionais Caiçaras (CNCTC).

Nesse contexto, a lista de recomendações gerada pelo estudo traz 14 pontos prioritários tendo em vista o fortalecimento do licenciamento ambiental federal.

Alguns deles são:

1. O Projeto Povos de Caracterização de Territórios Tradicionais (PCTT) deve ser reconhecido e implantado como política pública, de forma permanente e com atualizações periódicas.

2. O licenciamento ambiental em seus estudos (EIAs) deve centrar a análise na constituição de territórios sustentáveis e saudáveis, perspectiva que vai além dos meios tradicionalmente avaliados (físico, biótico, socioeconômico), considerando que há relação entre os impactos de diferentes meios, que se acumulam e potencializam.

3. Recomenda-se a inclusão de todas as comunidades caiçaras, quilombolas e indígenas, de sertão e da região costeira, tendo em vista a noção de território único e o modo de vida tradicional

4. Recomenda-se que seja realizado estudo aprofundado de modo a identificar, integrar e classificar os impactos socioambientais não considerados no EIA.

5. A partir dos 25 novos dados e impactos revelados, que sejam apresentados estudos de reparação justa e integral, e também de valoração, incluindo as externalidades.

6.. As condicionantes de interesse das comunidades tradicionais devem ter termos de refe-

rência construídos por essas comunidades, junto aos movimentos sociais do território.

7. As comunidades tradicionais definem e incidem sobre as condicionantes de interesse para o território, e ajudam a elaborar os termos de referência das mesmas em diálogo direto entre suas lideranças e o órgão licenciador, sem a necessidade de intermediação de órgãos intervenientes do processo de licenciamento.

8. Os estudos de impactos cumulativos do território sejam territorializados, integrando os resultados dos estudos de impactos cumulativos e sinérgicos do território.

9. Os órgãos públicos devem ser incorporados nos debates sobre os territórios, com destaque para: Funai, Fundação Palmares, Inkra e Iphan.

"Precisamos mostrar os impactos disso tudo, com dados científicos e organizados para pautar o empreendedor e deixar bem claro: nós precisamos de reparação porque o empreendimento afeta nossa saúde mental, afeta nosso território, nosso direito de ir e vir e nossa cultura", diz Vagner do Nascimento, coordenador-geral do OTSS e integrante do Colegiado de Coordenação do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT). (Agência Brasil)

Vendas de máquinas e equipamentos sobem 17% no primeiro bimestre

A receita de vendas da indústria de máquinas e equipamentos atingiu R\$ 43,3 bilhões nos dois primeiros meses do ano, 16,9% acima do registrado no mesmo período de 2024. Os dados, divulgados na quarta-feira (2), são da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).

O resultado das vendas do acumulado de janeiro e fevereiro é o primeiro positivo após três anos consecutivos de queda nas receitas nos primeiros bimestres, de 2024, 2023, e 2022.

Entre os mercados compradores, o destaque foi a melhora na demanda de máquinas para fabricação de bens de consumo, de máquinas para agricultura e de máquinas para construção civil.

As exportações do setor totalizaram US\$ 1,6 bilhão no primeiro bimestre, uma queda de 10% na comparação com o mesmo período de 2024. Os se-

tores fabricantes de máquinas para construção (-25,4%), indústria de transformação (-12,3%) e componentes (-10,5%) registraram os principais recuos.

Por destino, a principal queda nas exportações ocorreu nas vendas para a América do Norte (-26,8%); nos Estados Unidos, o recuo foi de 26,8%; no México, de 30,6%; e no Canadá, de 13,1%.

Houve crescimento apenas nas exportações para a América do Sul (+12,4%) com destaque para a Argentina que ampliou as aquisições em 73,4%, principalmente em máquinas agrícolas e máquinas para construção civil.

"Com esses resultados, a América do Sul voltou a ser o principal destino das máquinas nacionais, adquirindo 35,5% de todos as máquinas e equipamentos exportados pelo Brasil", destacou a Abimaq em nota. (Agência Brasil)

Com pedido de compra, Banco Master divulga lucro de R\$ 1 bi em 2024

Com pedido de compra pelo Banco de Brasília (BRB) e pelo BTG Pactual, o Banco Master lucrou R\$ 1 bilhão no ano passado, quase o dobro dos ganhos de R\$ 523 milhões registrados em 2023. A instituição divulgou na terça-feira (1º) o balanço de 2024.

Tradicionalmente, as instituições financeiras divulgam o balanço do último trimestre de um ano no primeiro trimestre do ano seguinte. No entanto, os números saíram no primeiro dia do segundo trimestre.

Segundo os números, os resultados operacionais e as capitalizações sucessivas fizeram

o patrimônio líquido da instituição financeira saltar de R\$ 2,3 bilhões em 2023 para R\$ 4,7 bilhões em 2024. O patrimônio líquido representa tudo o que sobra de uma empresa após quitar os passivos.

O total de ativos do Banco Master encerrou 2024 em R\$ 63 bilhões, contra R\$ 36 bilhões no ano anterior. Os resultados foram auditados pela KPMG, uma das principais empresas de contabilidade do mundo.

A carteira de crédito da instituição financeira ficou em R\$ 40,31 bilhões. O Retorno sobre Patrimônio atingiu 28,5%, maior

que o de grandes bancos. No ano passado, o Banco do Brasil registrou Retorno sobre o Patrimônio Líquido de 21,4%.

As receitas com operações de crédito somaram R\$ 4,2 bilhões no ano passado, alta de 54,16% em relação aos R\$ 2,7 bilhões em 2023. O lucro das operações com títulos e valores mobiliários aumentou de R\$ 1,7 bilhão em 2023 para R\$ 2,5 bilhões em 2025.

Segundo o Master, boa parte desse crescimento deve-se ao aumento da atuação no varejo, com investimentos na concessão de crédito consignado por meio da financeira Credcesta e do

crescimento da base de clientes do Will Bank, ramo digital do banco que atua principalmente na Região Nordeste. O balanço também destacou a compra do banco de negócios Voiter, no ano passado, com aval do Banco Central.

Para reduzir os custos operacionais, o Master unificou as operações do Will Bank, da Credcesta e da seguradora Kovr. O balanço também informou que a instituição financeira ampliou o investimento em governança, com a criação de um conselho consultivo e de comitês, como o de auditoria. (Agência Brasil)

Queda no preço dos alimentos pode levar a redução dos juros, diz Tebet

Principal fator que tem pressionado a inflação nos últimos meses, os preços dos alimentos começarão a cair nos próximos 60 dias, disse na quarta-feira (2) a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet. Segundo ela, o recuo pode abrir espaço para a queda dos juros no segundo semestre, sem desprestigiar a autonomia do Banco Central (BC).

“Falta combatermos de forma mais eficiente a inflação. Sei que vamos conseguir. Daqui a 60 dias, quem sabe, a diminuição no preço dos alimentos... Quem sabe, porque o Banco Central é autônomo, possamos diminuir os juros no segundo semestre”, declarou Tebet em evento para comemorar os 60 anos do BC.

A declaração da ministra foi o momento mais aplaudido durante o evento do Banco Central. Tebet, no entanto, reconhe-

ceu que a elevação de tarifas comerciais pelos Estados Unidos poderá dificultar o controle da inflação.

“Temos muitas questões num mundo tão complexo. O mundo está em transformação. Estamos com fatores além-mar, com medidas além-mar, que poderão impactar inflação mundial e brasileira”, declarou a ministra.

Após o evento, Tebet disse que o efeito das medidas de Trump sobre a inflação brasileira pode ser reduzido por causa da diversificação dos parceiros comerciais do Brasil e da diversificação dos produtos exportados pela agroindústria.

Tebet também defendeu a revisão de incentivos fiscais para garantir o cumprimento das metas para as contas públicas.

“Os gastos tributários [incentivos fiscais do governo], essa é uma questão que precisa ser colocada na mesa quando falamos

de fiscal. Temos uma renúncia de quase R\$ 600 bi. Algumas se sustentam horizontalmente, beneficiando toda a economia. Algumas se sustentam verticalmente, beneficiando alguns. E outras [renúncias] precisam ser revistas”, disse a ministra.

Preços pressionados
Na ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), divulgada na semana passada, o Banco Central destacou que os preços dos alimentos se mantêm elevados e tendem a se propagar para outros preços no médio prazo. “em virtude da presença de importantes mecanismos inerciais [repases de inflação passada para os preços] da economia brasileira”.

No Relatório de Inflação, divulgado na última quinta-feira (27), a autoridade monetária avaliou que os preços ao consumidor devem continuar com variações mensais elevadas nos pró-

ximos meses. Segundo o documento, a inflação acumulada em 12 meses deve permanecer em torno de 5,5%, acima do intervalo de tolerância da meta, que é de 4,5%.

“Os preços da alimentação no domicílio devem seguir pressionados, mesmo com alguma moderação em alimentos industrializados em comparação aos últimos meses. Alimentos em natura, que tiveram variações relativamente baixas no período recente, devem apresentar evolução mais próxima ou acima da sazonalidade”, destacou o último Relatório de Inflação.

Haddad
Também presente ao evento, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, destacou a boa vontade e a estabilidade na troca de comando entre o ex-presidente do BC, Roberto Campos Neto, e o atual presidente, Gabriel Galipou. Segundo o ministro, a va-

lorização das instituições é essencial para vencer o que chama de má polarização.

“Se não tivermos uma visão institucional, dificilmente vamos vencer a má polarização da política. A má polarização é quando a tensão entre os pólos impede uma agenda de Estado. Quando não se consegue construir projeto de país que, numa democracia, vai passar por uma alternância de poder”, disse Haddad.

Câmara e Senado
O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, enumerou parcerias recentes entre o Banco Central e o Congresso Nacional para modernizar a legislação de política monetária. Ele citou como marcos nos últimos 60 anos, a aprovação das legislações que aperfeiçoaram as regras de supervisão bancária, criaram o Comitê de Política Monetária e modernizou os meios de pagamento. “Juntos, de forma democrática, aprimoramos o arcabouço regulatório”, declarou.

A principal contribuição, ressaltou Motta, foi a aprovação da lei que garante a autonomia do

BC desde 2021.

“É inegável que essa lei representou um avanço de grande importância para o país, pois permitiu que a autoridade monetária exercesse sua missão com maior previsibilidade e segurança institucional, protegida de interferências políticas e com credibilidade junto à sociedade e aos mercados”, disse.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, disse que a autonomia do BC garantiu transparência na gestão e compromisso com o desenvolvimento sustentável.

“A trajetória de confiança se deve à parceria sólida do BC com o Congresso Nacional. Uma relação de respeito mútuo e de responsabilidade institucional. A autonomia do BC tem sido reconhecida como marco decisivo para a estabilidade da economia. Fortaleceu a condução da política monetária, com mais previsibilidade nas decisões. Compromisso do BC com gestão transparente e voltada para o desenvolvimento sustentável do país”, comentou. (Agência Brasil)

Preservação de biomas em terras indígenas é 31% maior, diz ISA

Um estudo do Instituto Socioambiental (ISA), lançado na quarta-feira (2), mostra que o grau de preservação ambiental das terras indígenas (TIs) nos biomas Caatinga, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal é 31,5% maior do que em outras áreas fora delas.

Os 223 territórios analisados perderam, em média, 36,5% de sua vegetação original. Eles foram considerados independentemente do estágio de demarcação de que se encontram.

O Pampa é o bioma em que as TIs apresentam, proporcionalmente, maior área desmatada, com

perda de 62,5% de sua vegetação original.

A devastação nos biomas analisados ficou concentrada até os anos 2000 ou os primeiros anos daquela década. Mais de 90% do desmatamento da Mata Atlântica se concretizou até o ano 2000 para a maior parte dessas áreas.

Demarcação
Segundo o ISA, os dados mostram que a demora no processo de demarcação das TIs favorece a degradação ambiental.

A conclusão é corroborada quando há consulta ao material reuni-

do pela entidade, por meio do Sistema de Áreas Protegidas (SisAtp), banco de dados que abre possibilidade para ferramentas de geoespacialização e que cruza informações distintas, de atos legais às relacionadas à demografia, povos, línguas, desmatamento, grandes projetos, pressões e ameaças e mineração.

Outro ponto demonstrado no estudo é que a demarcação, além de impedir mais destruição, proporciona um aumento na regeneração da vegetação, “evidenciando a eficácia das estratégias indígenas de manejo”,

segundo o ISA.

“Somente a posse indígena efetiva é capaz de garantir a integridade socioambiental das Terras Indígenas. As políticas de demarcação, proteção e gestão territorial devem ter caráter integrado, que considere aspectos sociais, culturais e ambientais, já que, além da degradação ambiental, as situações de conflitos e invasões também são uma grave ameaça aos direitos fundamentais dos povos indígenas e sua integridade física”, diz o relatório. (Agência Brasil)

PGR envia ao Supremo parecer contra prisão de Bolsonaro

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, enviou na quarta-feira (2) ao Supremo Tribunal Federal (STF) parecer contra o pedido de prisão do ex-presidente Jair Bolsonaro.

A manifestação foi motivada por uma notícia-crime protocolada no mês passado pela vereadora Liana Cime (PT-PE) para que a medida fosse adotada. Na petição, a parlamentar alegou que Bolsonaro cometeu incitação ao crime ao convocar manifestações de seus apoiadores para defender a anistia para os condenados pelos atos golpistas de 8 de janeiro.

Após receber a notícia-crime, o ministro Alexandre de Moraes, relator do caso, pediu parecer da PGR sobre a questão. O ministro também será responsável pela decisão final.

Segundo o procurador, a realização de manifestações pacíficas não é crime e não extrapola os limites da liberdade de expressão.

Além disso, Paulo Gonet disse que a eventual aprovação de

anistia pelo Congresso depende de sanção do presidente da República.

“A concessão de anistia é matéria reservada à lei ordinária, de atribuição do Congresso Nacional, com a sanção do presidente da República (Art. 48, VIII, da Constituição), que extingue os efeitos penais, principais e secundários, do crime”, afirmou.

Gonet também acrescentou que a PGR já avaliou a necessidade de prisão de Bolsonaro na denúncia sobre a trama golpista. A prisão do ex-presidente não foi solicitada pela procuradoria.

“O juízo sobre a necessidade de decretação/manutenção de medidas cautelares contra o noticiado, que compete exclusivamente ao Ministério Público, foi exercido de forma abrangente no âmbito da Petição n. 12.100/DF em 18.2.2025, por ocasião do oferecimento da denúncia, e não há circunstância nova capaz de modificar o entendimento anteriormente firmado pelo parquet”, complementou Gonet. (Agência Brasil)

Construção civil faz ação de combate à violência sexual infantil

Ao menos 700 trabalhadores da construção civil participaram na quarta-feira (2) de evento educativo e de conscientização em toda campanha Mãos que Conso-troem, Protegem, em um canteiro de obras, no bairro de Santo Amaro, região Sul da capital paulista, (SP). A iniciativa do SindusCon-SP e do Instituto Libertat busca sensibilizar os profissionais sobre a importância de identificar e combater a violência sexual contra crianças e adolescentes.

Uma pesquisa do Instituto Liberta, realizada pelo Datafolha, indica que 68 milhões de brasileiros, ou seja, 32% da população, foram vítimas de violência sexual antes dos 18 anos. No Brasil, são registrados cinco estupros de menores de 14 anos por hora.

A presidente do Instituto Liberta, Luciana Temer, afirmou que é missão da entidade conscientizar a sociedade sobre o tema.

“É um problema grave e pouco conhecido e a parceria com as entidades ligadas à construção civil e com os trabalhadores desse setor é muito importante nesse processo. Precisamos quebrar o tabu de falar sobre essa violência e criar caminhos de proteção, que passam pelo fortalecimento de toda a sociedade por meio da informação”, disse.

Para o presidente do SindusCon-SP, Yorki Estefan, o nível de informação sobre o assunto é muito baixo.

“As pessoas não falam disso ou falam pouco. Apenas 26% das pessoas molestadas, em algum momento da vida, contam o fato para alguém. Eu me enga-

jei na causa, porque considero que isso é um absurdo, um câncer social. Um mundo em que não temos conhecimento e se pudemos contribuir para diminuir os casos, vamos fazer”, afirmou.

A ação foi implantada há duas semanas e todas as dias será realizada. Segundo Estefan, até o momento, já são mais de 2.200 trabalhadores treinados.

“A capacidade de disseminação de informação no setor é bastante grande. E tem funcionado bastante. É impressionante você ver a fisionomia dos trabalhadores, como eles ficam esses dados.

Segundo o presidente do Sinduscon-SP, foi aberto um canal de comunicação para as construtoras cadastrarem suas obras para entrar no cronograma de palestras. Todas as construtoras e incorporadoras assinaram um termo de compromisso com a entidade para aderir à campanha. A ação será permanente e o objetivo é levar o tema para todos os canteiros de obra da cidade.

“É uma causa que abraçamos. E vamos fazer o movimento crescer. Começou pelas construtoras, mas nós pensamos em levar o tema para toda a indústria da construção civil, fabricantes de materiais, projetistas. Será uma campanha grande e longa. O SenconciSP (Serviço Social da Construção), que é o braço social dentro da construção civil ofereceu psicólogos e psiquiatras para as pessoas importunadas e seus familiares” (Agência Brasil)

ATAS / BALANÇOS / EDITAIS / LEILÕES

CREDITCORP SECURITIZADORA S.A. CNPJ/ME 49.947.676/0001-86 - NIRE 35300611292

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 31 de março de 2025.

1. DATA, HORÁRIO E LOCAL: Realizada em 12 de março de 2025, às 10h30 horas, na sede da Creditcorp S.A. (“**Companhia**”), localizada na Rua Visconde de Ramos, nº 100, 14º andar, Vila Olímpia, CEP 04.551-010, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente: Sr. Luiz Fernando Castello Branco Gonçalves Júnior, e Secretário: Sr. Henrique Carvalho Silva. **3. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** A convocação foi dispensada, tendo em vista a presença do acionista representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”). **4. ORDEN DO DIA:** (i) a realização da 9ª (nona) emissão, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfrica, de colocação privada, no valor total de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) na Data de Emissão, por meio de oferta privada de distribuição (“**Operação**”); (ii) a constituição, pela Companhia, de quaisquer garantias que seja exigida pela Companhia no âmbito da Operação, em favor dos Debenturistas, a fim de assegurar o integral e fiel cumprimento de todas as obrigações, presentes e futuras, principais e acessórias, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Companhia no âmbito da Operação (“**Documentos da Operação**”); e, (iii) a autorização à Diretoria da Companhia para implementar as medidas necessárias conforme as deliberações a serem tomadas com relação aos itens acima. **5. DELIBERAÇÕES:** Foram aprovadas, pelo único acionista da Companhia, as seguintes deliberações: **5.1. Aprovar a 9ª (nona) emissão**, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfrica pela Companhia, com as seguintes características e condições principais, e que serão detalhadas e reguladas por meio da celebração da Escritura de Emissão de Debêntures, bem como a realização da Operação pela Companhia, mediante celebração dos seguintes documentos, inclusive eventuais aditamentos que se fizerem necessários: **5.1.1. Número da Emissão:** A Emissão é a 09ª (nona) emissão de Debêntures da Emitente; **5.1.2. Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão será de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) na Data de Emissão, sendo que: **5.1.3. Quantidade de Debêntures.** Serão emitidas até 500.000,000 (quinhentos mil) debêntures, sendo: **5.1.4. Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$0,01 (um centavo) na Data de Emissão (“**Valor Nominal Unitário**”); **5.1.5. Data de Emissão:** para todos os efeitos, a Data de Emissão das Debêntures será aquela definida na Escritura de Emissão de Debêntures (“**Data de Emissão**”); **5.1.6. Destinação dos Recursos:** Os recursos serão utilizados pela Emissora para aquisição dos Direitos Creditórios, sem acréscimo de quaisquer remunerações, após terem sido deduzidos (i) o valor destinado ao pagamento das despesas iniciais (flat), conforme especificadas no Anexo II da Escritura de Emissão; e (ii) o valor referente ao Fundo de Despesas. Os recursos da Conta Centralizadora, incluindo os valores nela mantidos a título de Fundo de Despesas, serão aplicados pela Securitizadora em: (a) Fundos de renda fixa de baixo risco, com liquidez diária; (b) Depósitos Bancários – CDBs Compromissadas com liquidez diária de instituições financeiras de primeira linha (Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Santander (Brasil) S.A. e/ou Banco do Brasil S.A.); ou (c) Títulos públicos federais (“**Investimentos Permitidos**”). Para fins de comprovação da Destinação dos Recursos obtidos por meio da Emissão, a Emissora encaminhará em até 5 (cinco) Dias Úteis, contados da primeira Data de Integralização (conforme abaixo definido) aos Debenturistas, correspondência eletrônica contendo o comprovante de transferência eletrônica para os Cedentes, atestando a Destinação dos Recursos da presente Emissão. Para os fins desta assembleia “**Direitos Creditórios**” significa, em conjunto, cotas de fundos de investimento em direitos creditórios emitidas nos termos do Anexo II da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) nº 175, de 23 de dezembro de 2022, conforme alterada (“**Resolução CVM 175**”), cotas de fundos de investimento financeiro emitidas nos termos do Anexo I da Resolução CVM 175, cotas de fundos de investimento imobiliários emitidas nos termos do Anexo III da Resolução CVM 175, cotas de fundos de investimento em Direitos Creditórios emitidas nos termos do Anexo IV da Resolução CVM 175, debêntures de colocação pública ou privada emitidas nos termos da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, notas comerciais emitidas nos termos da Lei 14.195, de 26 de agosto de 2021, conforme alterada, cédulas de crédito bancário emitidas nos termos da Lei 10.931, de 02 de agosto de 2004, conforme alterada, cédulas de produto rural emitidas nos termos da Lei 8.929, de 16 de agosto de 1994, conforme alterada, certificações de recebíveis imobiliários e certificados de recebimento de créditos nos termos da Lei 14.430, de 03 de agosto de 2022, conforme alterada, e da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada, bem como direitos creditórios em geral, incluindo direitos creditórios não-padrionizados, conforme definido nos termos do Anexo II da Resolução CVM 175. **5.1.7. Colocação e Procedimento de Distribuição:** As Debêntures serão objeto de colocação privada, sem a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, não estando sujeitas, portanto, ao registro de emissão perante a CVM. **5.1.8. Colocação:** As Debêntures serão objeto de colocação privada, não conversíveis em ações e certificados de recebimento de créditos nos termos da Lei 14.430, de 03 de agosto de 2022, conforme alterada, e da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada, bem como direitos creditórios em geral, incluindo direitos creditórios não-padrionizados, conforme definido nos termos do Anexo II da Resolução CVM 175. **5.1.9. Especie:** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelares ou certificados. **5.1.10. Comprovação de Titularidade das Debêntures:** As Debêntures serão emitidas sob a forma exclusivamente nominativa, sem emissão de cautelares ou certificados, e, para todos os fins de direito, a titularidade delas será comprovada pela escrituração registrada pela Emissora no Livro de Registro de Debêntures Nominativas (“**Debenturistas**”). **5.1.15. Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures terão o prazo previsto na Escritura de Emissão de Debêntures, contados da Data Emissão, vencendo na última Data de Pagamento prevista no Cronograma de Pagamento das Debêntures no anexo V da Escritura de Emissão, ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado ou vencimento antecipado das Debêntures. **5.1.16. Ordem de Pagamento.** A partir da primeira Data de Integralização e até que ocorra a liquidação integral das Debêntures, o resgate das Debêntures será realizado nos termos do Anexo V da Escritura de Emissão, contados da data de assinatura do respectivo boletim de subscrição. **5.1.18. Repactuação:** As Debêntures não serão objeto de repactuação. **5.1.19. Especie:** As Debêntures serão da espécie quirográfrica. **5.1.20. Local de Pagamento:** Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora nas contas correntes a serem indicadas pelos Debenturistas, por escrito via Boletim de Subscrição, à Emissora. Nenhum pagamento será realizado em conta que não for titularidade dos Debenturistas. **5.1.21. Colocação:** As Debêntures serão objeto de colocação privada, não conversíveis em ações e certificados de recebimento de créditos nos termos da Lei 14.430, de 03 de agosto de 2022, conforme alterada, e da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada, bem como direitos creditórios em geral, incluindo direitos creditórios não-padrionizados, conforme definido nos termos do Anexo II da Resolução CVM 175. **5.1.22. Demais condições:** Todas as demais condições e regras específicas a respeito da Emissão são tratadas detalhadamente na Escritura de Emissão. **5.2. A** autorização à Diretoria da Companhia, ou a seus procuradores, para, observadas as condições descritas acima, praticar todos as medidas e os atos necessários à realização da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando a: (a) discutir, negociar e definir os termos e condições das Debêntures e que venham a ser aplicáveis à Emissão, desde que observado o acima disposto, em especial, as hipóteses de vencimento antecipado; (b) negociar e celebrar todos os documentos e praticar todos os atos necessários à realização, formalização e aperfeiçoamento da Emissão e da Oferta, incluindo, sem limitação, a negociação e formalização da Escritura de Emissão, bem como quaisquer aditamentos aos referidos documentos; a tomar todas as providências e praticar os atos necessários à implementação das deliberações ora tomadas; (c) contratar os demais prestadores de serviços para a Emissão e da Oferta, incluindo, sem limitação, banco liquidante, escriturador, assessores jurídicos, agente fiduciário, agente de cobrança, custodiante, dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos contratos; e (d) contratar os sistemas de distribuição e negociação das Debêntures nos mercados primário e secundário operacionalizados pela B3. **5.3. A** ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia relacionados às deliberações acima. **6. ESCLAECIMENTOS:** Foi autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário conforme o disposto no artigo 130, parágrafos 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada e lida a presente ata que, achada conforme, foi assinada pelos presentes. Assinaturas: M. Luiz Fernando Castello Branco Gonçalves Júnior, Presidente; Henrique Carvalho Silva, Secretário; Acionista: Creditcorp Serviços de Investimentos S.A. **8. AGENTES PRESENTES:** Sr. Luiz Fernando Castello Branco Gonçalves Júnior. **8. AGIONISTAS PRESENTES:** Luiz Fernando Castello Branco Gonçalves Júnior. **Confere** com a original lavrada em livro próprio, São Paulo, 31 de março de 2025. Mesa: Luiz Fernando Castello Branco Gonçalves Júnior - Presidente; Henrique Carvalho Silva - Secretário.

Sindicato dos Tecnólogos do Estado de São Paulo

Edital
O Sindicato dos Tecnólogos do Estado de São Paulo – SINTESP, pelo presente Edital, convoca os seus filiados para participarem da Assembleia Geral Ordinária, no dia 24 de abril de 2025, no Sindicato, situado a Rua Visconde de Pirajá, 338-B – Vila D. Pedro I – Ipiranga – São Paulo-SP – CEP 04277-020, às 13h, em primeira convocação e não sendo atingido o quórum legal, às 13h30min, em segunda convocação, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1) Prestação de Contas 2024; 2) Relatório das atividades desenvolvidas pela diretoria; 3) Outros assuntos de interesse da categoria. **Tecqº. Pedro Alves de Souza Junior – Presidente**

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 61.351.532/0001-68 - NIRE 35.300.052.463 | Código CVM nº 11975

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2025
A Administração da AZEVEDO & TRAVASSOS S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Vicente Antonio de Oliveira, nº 1.050, Vila Mirante, CEP 02.955-080 (“**Companhia**”), vem, nos termos do art. 124, da Lei nº 6.404/1976 (“**Lei das S.A.**”) e da Resolução CVM nº 81/2022, convocar os acionistas da Companhia para se reunirem em assembleia geral ordinária (“**Assembleia**”) a se realizar, em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2025, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital (por meio da plataforma **TEV Meetings**, através do link <https://assembleia.ten.com.br/575013242> (“**Plataforma Digital**”), para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; (ii) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; e (iii) fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício de 2025. Os documentos e informações de que trata o art. 133 da Lei das S.A., referentes às matérias a serem deliberadas na Assembleia foram divulgados no site da CVM e no site de RI da Companhia nesta data e encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, bem como na rede mundial de computadores nas páginas da Companhia (<https://ri.azvedoetravassos.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) (<http://www.cvm.gov.br>) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>). Também se encontram disponíveis nestes endereços eletrônicos os documentos exigidos nos termos da Resolução CVM nº 81/2022 a respeito das matérias que serão deliberadas na Assembleia, conforme devidamente apresentados à CVM por meio do Sistema Empresas.NET, bem como do Sistema CI. Os Acionistas poderão participar da Assembleia (i) votando a distância nas matérias objeto da ordem do dia, por meio do envio do boletim de voto a distância (“**BVD**”); e (ii) via Plataforma Digital, pessoalmente ou, se for o caso, por seus representantes legais ou procuradores, caso em que poderão (a) participar da Assembleia, tendo ou não enviado o BVD, ou (b) participar e votar na Assembleia, observando-se que, conforme estipulado no art. 28, § 2º, inciso II, da Resolução 81/22 da CVM, quanto ao acionista que já tenha enviado o BVD e que, caso queira, vote na Assembleia, todas as instruções de voto recebidas por meio do BVD para aquele acionista, identificadas por meio de número de seu instrumento CPF ou do CNPJ, devem ser desconsideradas. Para participar da Assembleia, os acionistas, ou seus representantes legais, deverão apresentar (a) em caso de acionista pessoa física: documento de identidade com foto e, em caso de acionista pessoa jurídica ou fundo de investimento, o último Estatuto Social, Contrato Social ou Regulamento Consolidado e demais documentos societários que comprovem a representação legal do acionista e documento de identidade com foto do respectivo representante; e (b) para fins de comprovação da titularidade de suas ações, comprovante emitido pela instituição custodiante ou pelo agente escriturador das ações da Companhia conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central. Caso o acionista deseje ser representado na Assembleia por meio de procurador, observados os termos e condições da Lei das S.A., além dos documentos mencionados acima, deverá apresentar o original ou cópia autenticada do respectivo instrumento de mandato vigente e devidamente assinado com sua firma reconhecida, acompanhado do documento de identidade com foto do(s) respectivo(s) procurador(es). Além disso, deverá apresentar o documento de identificação com foto e dos atos societários que comprovem a representação legal, conforme o caso: comprovante expedido pela instituição escrituradora ou agente custodiante; e para os acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, extrato da respectiva participação, emitido pelo órgão competente. I O representante de acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples, devidamente registrada: (a) do último contrato ou estatuto social; e (b) da documentação societária que outorgue poderes e representação (ato de eleição do administrador e, conforme o caso, procuração). No tocante aos fundos de investimento, a representação caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia do último regulamento do fundo, devidamente registrado. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.A., devendo o instrumento de procuração observar o disposto no art. 654 da Lei 10.406/2002. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, §1º da Lei das S.A. No caso de acionistas pessoas jurídicas, estas poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de o procurador ser acionista, administrador da Companhia ou advogado. A Companhia não exige o reconhecimento de firma, notariação, consularização e/ou tradução juramentada dos documentos. A Companhia disponibilizará o sistema de votação a distância, nos termos da Resolução da CVM nº 81/2022, permitindo que seus acionistas enviem boletins de voto a distância (“**BVD**”) por meio de seus respectivos agentes de custódia ou ao escriturador das ações de emissão da Companhia conforme as orientações constantes na Proposta da Administração, bem como nos termos descritos a seguir: (i) via envio de instrumento de preenchimento do BVD aos seus agentes de custódia, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pelo respectivo custodiante; (ii) via depositário central por meio do canal “B3 - Investidor”, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos; (iii) via envio de instruções de preenchimento do BVD ao escriturador das ações de emissão da Companhia, qual seja, Itaú Corretora de Valores S.A., no caso de acionistas titulares de ações depositadas no escriturador; ou (iv) via envio de BVD devidamente preenchido diretamente à Companhia via plataforma digital, conforme orientações constantes do próprio boletim e da Resolução CVM nº 81/2022. O BVD, quando enviado diretamente à Companhia, deverá ser acompanhado de toda a documentação do acionista para participação na Assembleia (conforme documentos detalhados acima) e de qualquer outra documentação indicada no próprio boletim. A Companhia estabelece que a Plataforma Digital será o único meio para o envio do BVD diretamente à Companhia, nos termos do art. 27 da Resolução 81/22 da CVM, excluindo a possibilidade de envio por correio postal ou e-mail. O envio deverá ser realizado até o dia 26 de abril de 2025. Válida a condição de acionista e a regularidade dos documentos apresentados para o cadastro, o acionista receberá, 1 dia antes da Assembleia, as instruções para acesso ao sistema eletrônico para participação na Assembleia. Caso o acionista não receba as instruções de 1 dia antes do início da Assembleia, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail investidores@azvedoetravassos.com.br, com até, no máximo, 2 (duas) horas de antecedência do horário de início da Assembleia (14:00 horas do dia 30 de abril de 2025), para que lhe seja prestado o suporte necessário. Na data da Assembleia, o acesso à Plataforma Digital para participação estará disponível a partir de 30 (trinta) minutos de antecedência, sendo que o registro da presença do acionista via sistema eletrônico somente se dará mediante o acesso do respectivo acionista, ou seu representante, conforme instrução e nos horários aqui indicados. Após o início da Assembleia, não será possível o ingresso do acionista, independentemente da realização do cadastro. Assim, a Companhia recomenda que os acionistas acessem a Plataforma Digital para participação da Assembleia com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência. **A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização das plataformas para participação da Assembleia por sistema eletrônico, e que a Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da Plataforma Digital que não estejam sob controle da Companhia.** Em conformidade com o art. 161 da Lei das S.A. em conjunto com o art. 4º da Resolução CVM nº 70/2022, as participações mínimas previstas no art. 161 da Lei das S.A. ficam reduzidas em função do valor do capital social da Companhia, de forma que a instalação do Conselho Fiscal poderá ser solicitada por acionistas que representem, no mínimo, 2% (dois por cento) das ações com direito a voto ou 1% (um por cento) das ações sem direito a voto. Por fim, ressalta-se que, como a Assembleia será realizada exclusivamente de modo digital, não haverá a possibilidade de os acionistas comparecerem presencialmente. A realização da Assembleia de forma exclusivamente digital via proporcional maior acessibilidade e conveniência aos acionistas, permitindo a participação de qualquer local, sem as limitações geográficas ou logísticas do formato presencial. Essa modalidade visa garantir a participação de um maior número de acionistas e contribuir para a otimização de tempo e recursos, tornando o processo mais eficiente e alinhado às tendências tecnológicas, sem comprometer a transparência e o direito de voto dos acionistas.

São Paulo, 31 de março de 2025.

João Carlos Mansur - Presidente do Conselho de Administração

Publicação das Demonstrações Contábeis de forma resumida



Will Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ nº 23.862.762/0001-00

Aviões

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico:

<https://www.willbank.com.br/relacoes-com-investidores>

Balancos Patrimoniais

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023		
	(Em Milhares de Reais - R\$)	
	31/12/2024	31/12/2023
Ativo		
Disponibilidades	303.512	94
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.507.345	-
Instrumentos Financeiros	10.835.376	2.845.287
Títulos e Valores Mobiliários	204.401	719.334
Operações de Crédito	4.533.458	2.692.942
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	(974.488)	(566.989)
Receíveis de Cartão de Crédito	7.132.800	-
Provisão para Perdas Associadas a Recebíveis de Cartão de Crédito	(60.335)	-
Resultados de Aplicações e processamento de Pagamentos	-	175.555
Resultados de Aplicações e processamento de Pagamentos	2.566.217	1.828.910
Ativos Fiscais Diferidos	430.581	270.659
Investimentos em Participações em Coligadas e Controladas	4.287	-
Imobilizado de Uso Intangível	34.680	13
Depreciações e Amortizações	(25.340)	(2.410)
Total do Ativo	15.656.933	5.120.510
Passivo		
Depósitos e Instrumentos Financeiros	7.570.542	4.685.657
Depósitos	7.514.403	4.134.123
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	56.139	551.534
Relações Interfinanceiras	7.210.235	-
Obrigações por Operações Compromissadas	-	29.095
Outras Obrigações	419.238	154.499
Provisões e Contingências Passivas	4.687	-
Instrumento de Dívida Subordinada	20.620	18.700
Total do Passivo	15.225.271	4.887.951
Patrimônio Líquido		
Capital Social	370.000	300.000
Reservas	61.662	70.000
Reservas Acumuladas	-	(137.441)
Total do Patrimônio Líquido	431.662	232.559
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	15.656.933	5.120.510

Demonstrações do Resultado

SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023				
(Em Milhares de Reais - R\$, exceto o número de ações e lucro/(prejuízo) por ação)				
	2024		2023	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Recursos de Intermediação Financeira	1.776.046	3.430.781	2.235.147	3.235.147
Recursos de Operações de Crédito	1.834.761	3.429.522	2.143.953	-
Recursos Financeiros de operações de cartão de crédito	144.216	144.216	-	-
Resultados de Aplicações e valores mobiliários	(251.359)	(205.171)	66.877	-
Resultados de Aplicações e processamento de Pagamentos	49.365	63.148	24.318	-
Rendas de Câmbio	(935)	(935)	-	-
Despesas de Intermediação Financeira	(1.594.217)	(2.965.413)	(2.079.775)	-
Despesa de juros de depósitos	(438.929)	(802.456)	(554.854)	-
Despesa de venda ou de transferência de ativos financeiros	(1.109.497)	(2.117.166)	(1.524.921)	-
Despesa de juros e similares	(24)	(24)	155.444	-
Despesa com tarifas e similares	(45.768)	(45.768)	-	-
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	(249.410)	(425.954)	(295.176)	-
Despesas com provisão para perdas esperadas associadas às operações de crédito	(240.272)	(416.816)	(295.176)	-
Despesas com provisão para perdas a recebíveis de cartão de crédito	(9.138)	(9.138)	-	-
Resultado antes de tributos e participações	(67.579)	39.414	(139.804)	-
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(89.008)	(116.652)	(162.783)	-
Receita de prestação de serviços	255.232	259.416	128.059	-
Despesas de infraestrutura e processamento de dados	(68.997)	(85.880)	(36.370)	-
Despesas de pessoal	(139.042)	(180.963)	(69.319)	-
Despesas tributárias	(57.517)	(75.927)	(15.041)	-
Despesas de provisões	(902)	(902)	-	-
Depreciação e amortização	(4.113)	(4.292)	(53)	-
Outras despesas administrativas	(183.432)	(239.539)	(108.421)	-
Receitas e despesas operacionais em Coligadas e Controladas	(1.671)	(1.671)	-	-
Outras receitas e despesas operacionais	111.434	213.107	(61.639)	-
Recursos e Despesas Não Operacionais	410.444	410.444	-	-
Resultado antes de tributos e participações	253.857	333.206	(302.587)	-
Tributos e participações	(102.160)	(134.104)	(120.304)	-
Imposto de Renda	(83.225)	(154.225)	(83.225)	-
IRPJ e CSLL corretas	(164.484)	(267.470)	(35.098)	-
Participações Estatutárias no Lucro Líquido (Prejuízo) do semestre e exercício	(20.922)	(20.922)	(40)	-
Número de Ações	151.697	199.102	182.282	-
Lucro (Prejuízo) por ação (em Reais)	346.917.223	346.917.223	300.000.000	-
	0,44	0,57	0,61	-

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023					
(Em Milhares de Reais - R\$)					
	Capital Social	Aumento de Capital	Reservas de Lucros	Reserva Legal	Reservas Especiais
Saldo em 31/12/2022	300.000	-	44.840	-	-
Aumento de Capital	-	70.000	-	-	-
Abatimento Reserva de Lucros	-	-	(44.840)	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2023	300.000	70.000	-	-	-
Mutações no período	-	70.000	(44.840)	-	-
Saldo em 30/06/2024	370.000	-	-	-	-
Aprovação aumento de capital	-	-	-	-	-
Resultado do Semestre	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-	3.083	-
Reserva Especial	-	-	-	-	58.578
Saldo em 31/12/2024	370.000	-	-	3.083	58.578
Mutações no período	-	70.000	-	3.083	58.578
Saldo em 31/12/2023	300.000	70.000	-	-	-
Aprovação aumento de capital	-	70.000	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-	9.955	-
Reserva Especial	-	-	-	-	51.707
Saldo em 31/12/2024	370.000	-	-	9.955	51.707
Mutações no exercício	70.000	(70.000)	-	9.955	58.578

Demonstrações do Fluxo de Caixa

SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023					
(Em Milhares de Reais - R\$)					
	2024		2023		
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	151.697	199.102	(182.282)	-	Aumento/(Redução) em Relações Interfinanceiras
Resultado líquido do semestre e exercício	151.697	199.102	(182.282)	-	Aumento/(Redução) em Obrigações por Operações Compromissadas
Ajustes ao resultado líquido	-	-	-	-	Aumento/(Redução) em Outras Obrigações
Depreciação e amortização	4.113	4.292	53	-	Aumento/(Redução) em Outras Obrigações
Despesas com provisão para perdas esperadas associadas às operações de crédito	240.272	416.816	295.175	-	Juros pagos sobre impostos
Despesas com provisão para perdas associadas a recebíveis de cartão de crédito	9.138	9.138	-	-	Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades operacionais
Despesas com provisão para perdas associadas a recebíveis de cartão de crédito	(83.245)	(154.288)	(155.442)	-	1.665.586
Resultado de IRPJ e CSLL diferidos	-	-	15.160	-	1.828.691
Ratão de despesas	-	-	-	-	1.828.691
Efeito das mudanças das taxas de câmbio	(259)	(259)	-	-	(4.287)
Despesa com provisão para IRPJ e CSLL - corrente	164.484	267.470	35.098	-	(4.287)
Resultado ajustado	486.199	742.271	7.762	-	(13.726)
Variação em ativos e passivos operacionais	-	-	-	-	(18.014)
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários	1.035.543	514.933	282.459	-	1.665.586
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito	(605.981)	(1.843.374)	(1.313.378)	-	1.828.691
(Aumento)/Redução em Recebíveis de Cartão de Crédito	(7.081.603)	(7.081.603)	-	-	1.828.691
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	(424.585)	(567.386)	(651.376)	-	1.828.691
Aumento/(Redução) em Depósitos	1.797.897	3.380.281	1.595.985	-	1.828.691
Aumento/(Redução) em Aceites e Emissões de Títulos	(363.227)	(495.396)	(189.948)	-	1.828.691

Demonstrações do Resultado Abrangente

SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023				
(Em Milhares de Reais - R\$)				
	2024		2023	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Lucro Líquido/(Prejuízo) do semestre e exercício	151.697	199.102	(182.282)	-
Resultado Abrangente do semestre e exercício	151.697	199.102	(182.282)	-

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Will Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("Will Financeira" ou "Companhia"), foi constituída em 01 de junho de 2015 (originalmente denominada AVISTA S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, teve sua denominação alterada em 14 de dezembro de 2020), com prazo de duração indeterminado, com o objetivo de praticar operações ativas, passivas, acessórias inerentes às Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis e em vigor. Sua matriz tem sede e domicílio localizados na Rua Eugênio de Medeiros, nº 303 - 10º andar, conjunto 1001 C - São Paulo/SP. Seus atos societários de constituição foram aprovados pelo Banco Central do Brasil em 02 de dezembro de 2015, iniciando suas atividades a partir de 06 de setembro de 2016. Até agosto de 2024, a Companhia focou sua atuação na concessão de crédito pessoal nas modalidades rotativa e parcelado para clientes da Will S.A. Instituição de Pagamento ("Will Pagamento" ou "IP"), quando, por meio de Instrumento Particular de Cessão - firmado em 02 de fevereiro de 2024; vigente a partir de 21 de agosto de 2024 - passou: i) a ser titular de ativos e passivos operacionais até então detidos pela IP e, por conseguinte, ii) a desempenhar todas as operações antes desempenhadas separadamente pelas empresas Will, adicionando a sua relação de atividades o fornecimento de soluções de pagamento através da emissão e administração de cartões de crédito internacionais com bandeira Mastercard, e emissão de moeda eletrônica através do serviço de conta de pagamento 100% digital, sem tarifas e com remuneração de 100% da taxa DI, além de outros serviços complementares como transferência, pagamentos de boletos, PIX e saques através de caixas eletrônicas 24 horas. **Continuidade operacional:** Em conformidade com seu plano de capital, a transferência de controle acionária da Companhia foi efetivada em 21 de agosto de 2024 ("data do closing da operação"), data em que a Companhia passou a integrar o conglomerado do Banco Master ("Master"), evento que, associado às demais estratégias da Companhia, melhorou significativamente a situação patrimonial da Companhia, conforme indicadores abaixo apresentados e equacionou o atendimento aos requisitos de capital, que passa a ser aparado com base no novo conglomerado, mantendo acesso a linhas de crédito compatíveis com sua necessidade de recursos e gestão de liquidez. A Companhia encerrou 2024 com capital circulante positivo de R\$ 3.439.188 (R\$ 128.413 em 2023), patrimônio líquido de R\$ 431.662 (R\$ 232.559 em 2023), lucro de R\$ 199.102 (prejuízo de R\$ 182.282 milhões em 2023) e lucro de caixa positivo aplicado nas atividades operacionais de R\$ 1.828.691 (R\$ 241.420 negativos em 2023), demonstrando melhorias significativas em seus indicadores operacionais. Diante do exposto, a administração avalia que não há riscos relevantes que possam impactar a continuidade operacional da Companhia. A demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional. Na data da emissão das presentes demonstrações financeiras, a administração concluiu que não há incertezas relevantes que pudessem em dúvida a capacidade da Companhia de continuar operando nos próximos 12 meses, bem como não identificou qualquer situação que pudesse afetar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. O controlador (pessoa física) possui compromisso e capacidade de exercer suporte financeiro integral às atividades operacionais, de investimento e de financiamento da Companhia e suas controladas, bem como a Operação seja concretizada, de todas as entidades remanescentes, por pelo menos um ano após 31 de março de 2025. **Aprovação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis da Companhia para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas e autorizadas para a emissão pela Diretoria da Companhia e pelo Comitê de Auditoria do Grupo Master, em 01 de abril de 2025, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis da Companhia para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes estabelecidas pelo Lei das Demonstrações Anônimas nº 6.404/76, com alterações da Lei nº 11.638/07, em conjunto com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN e Conselho Monetário Nacional ("CMN") e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional COSIF. Para fins de divulgação dessas demonstrações contábeis, a Companhia considerou o disposto na Resolução CMN nº 4.818 de 07 de julho de 2020 e Resolução BACEN nº 2 de 12 de agosto de 2020. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiram pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos os pronunciamentos foram reconhecidos pelo BACEN. Desta forma a Will Financeira, na elaboração das suas demonstrações contábeis, considerou para elaboração dessas demonstrações contábeis os seguintes pronunciamentos contábeis, aprovados pelo BACEN, sumarizados abaixo:

Pronunciamento CPC Equivalente	Resolução
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	4.924/21
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	4.924/21
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	4.818/20
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	4.818/20
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	3.989/11
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	4.924/21
CPC 24 - Eventos Subsequentes	4.818/20
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/09
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	4.877/20
CPC 41 - Resultado por ação	4.818/20
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	4.924/21
CPC 47 - Receita de Contrato com cliente	4.924/21

O CMN também editou normas proprietárias que incorporam parcialmente os pronunciamentos emitidos pelo CPC e são aplicáveis às demonstrações contábeis:

Norma CMN nº 4.524/2016 - Reconhecimento dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão de transações em moeda estrangeira e demonstrações contábeis de investidas no exterior e às operações de hedge de variação cambial de investimentos no exterior
CPC 02 (R2)
CPC 04 (R1)
CPC 27
CPC 27

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no princípio da continuidade, usando a convenção de custo histórico, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito no resumo de práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor das contrapartidas apresentadas na demonstração contábil. Quando necessário, referências às demonstrações contábeis da Companhia são mensuradas usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade gera e despende caixa ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

UP.P HOLDING S.A.

CNPJ/MF nº 43.562.300/0001-44 NIRE 35.300.577.167
COMUNICADO
Comunicamos, em preparação à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada, em primeira convocação, às 18h00min do dia 05 de maio de 2025, que se encontram à disposição dos Srs. Acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o Artigo 133, da Lei nº 6.404/76, conforme o exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. São Paulo, 02 de março de 2025. Gabriel Campos Pêrgola, Roger Kelti Sasazaki e Luciano Valle - Diretores.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0004485-90.2024.8.26.0100 A MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível do Foro Regional XII - Nossa Senhora do O. Estado de São Paulo, Dr. PAULA NARIAMTU DE ALMEIDA, na forma da lei. ETC. FAZ SABER A MM. CONDIÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ 14.696.7050001-08, que por este Edital, tramita de uma ação de Cumprimento de Sentença movida por Celso New Consultoria por Contábil Ltda. Encontrando-se o réu em mora no artigo 53º, do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirão após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R\$ 18.864,82 (oitze mil e oitocentos e sessenta e quatro reais e oitenta e dois centavos) em favor do autor, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor devido, acrescida de honorários advocatícios de 10% (dez por cento) e parágrafo do Código de Processo Civil. Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, em caso de não comparecimento do réu, a execução será determinada de ofício, com o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua imputação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 04 de fevereiro de 2025. [03]

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS. EXPEDIENTE NºS AUTOS DE INTERDIÇÃO DE MARIA CECILIA NOGUEIRA GURJAU, REQUERIDO POR JOÃO CARLOS NOGUEIRA GURJAU. O JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES DO FORO REGIONAL XI - Pinheiros, Estado de São Paulo, Dr(a). Augusto Drummond Lages, na forma da lei. ETC. FAZ SABER aos que o presente edital vierem ou do conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 26/02/2025, foi decretada a INTERDIÇÃO DE MARIA CECILIA NOGUEIRA GURJAU, CPF 18.947.537.929, em razão de incapacidade para administrar bens e interesses pessoais, em virtude de doença mental, sob o nome de CURADOR(A), em caráter DEFINITIVO, o(a) Sr(a). Celso Mito. O presente edital será publicado por três vezes, com intervalo de dez dias, e afixado na forma da Lei NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 24 de março de 2025. [03]

2bCapital S.A.

CNPJ nº 07.063.675/0001-29 - NIRE 35.300.318.714

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração
Data, Hora, Local: Em 17.2.2025, às 11h, na sede social, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.309, 8º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, CEP 04543-011. Mesa: Presidente: Cassiano Ricardo Scarpelli; Secretário: Moacir Nachbar Junior. Deliberação: Iniciada a reunião, os conselheiros: 1) registraram o pedido de renúncia formulado por Bruno D'Avila Melo Boetger, ao cargo de Diretor-Presidente da Diretoria, em carta de 20.1.2025, cuja transcrição foi dispensada, a qual ficará arquivada na sede da Sociedade para todos os fins de direito; 2) elegeram para o cargo de Diretor-Presidente da Sociedade, Vinicius Urias Favareto, brasileiro, casado, bancário, RG 19.674.792-2/SSP-SP, CPF 177.975.708/50, com endereço profissional no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Vermelho, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, o qual; a) terá mandato coincidente com o dos demais membros da Diretoria, estendendo-se até a posse dos Diretores que serão eleitos na 1ª Reunião do Conselho de Administração, sendo que a partir, após a Assembleia Geral Ordinária no ano de 2027; b) firmou declaração referente ao não impedimento do exercício de cargos de administração em companhias, conforme disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76, a qual ficará arquivada na sede da Sociedade. Em consequência, a Diretoria da Sociedade, fica assim composta: **Diretor-Presidente: Vinicius Urias Favareto**, brasileiro, casado, bancário, RG 19.674.792-2/SSP-SP, CPF 177.975.708/50, com endereço profissional no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Vermelho, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; **Diretores: Rafael Padilha de Lima Costa**, brasileiro, casado, bancário, RG 65.861.098-3/SSP-SP, CPF 055.217.997/37, com endereço profissional na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.309, 3º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, CEP 04543-011; **Afonso Correa Trazio Junior**, brasileiro, casado, bancário, RG 17.265.836-6/SSP-SP, CPF 125.725.268-24, e **Carlos Wagner Fretti**, brasileiro, casado, bancário, RG 17.479.741-2/SSP-SP, CPF 116.362.538-81, ambos com endereço profissional no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900. **Encerramento:** Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que, aprovada pelos Conselheiros presentes, será encaminhada para assinatura eletrônica a) Cassiano Ricardo Scarpelli e Moacir Nachbar Junior. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 99.695/25-0, em 26.3.2025, a) Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

BERG-STEEL S.A FÁBRICA BRASILEIRA DE FERRAMENTAS

C.N.P.J. Nº 44.209.294/0001-31 - NIRE Nº 353.200.27132

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
Convocamos os acionistas da Berg-Steel S/A Fábrica Brasileira de Ferramentas, sediada na rua Pincoasa Izabel, nº 71, na cidade de Araras/SP, a ser reunirem em Assembleia Geral Ordinária (AGO), que será realizada em 28.04.2025, às 10 horas, na filial da Companhia, localizada na Via Industrial, nº 51, Distrito Industrial, na cidade de Araras/SP, a fim de deliberarem: (I) exame, discussão e votação do relatório da administração, demonstrações financeiras e conta da administração relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2024; (II) destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos; (III) definição da remuneração global dos administradores da Companhia; (IV) deliberação sobre a instalação do Conselho Fiscal, eleição e remuneração global dos seus membros; (V) outros assuntos de interesse social. Estão à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, as cópias dos documentos elencados no artigo 133 da



SOMOS SISTEMAS DE ENSINO S.A.

CNPJ nº 49.323.314/0001-14

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31/12/2024 e 31/12/2023. Colocamo-nos sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de reais				
Ativo	Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	7	82.409	93.419	82.873
Títulos e valores mobiliários	8	97.221	229.790	111.313
Contas a receber	9	858.160	714.209	863.244
Estoque	10	276.781	294.504	276.781
Adiantamentos		80.379	69.869	80.993
Tributos a recuperar		18.884	17.554	21.409
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		12.359	13.742	13.631
Outros créditos		853	1.344	1.304
Partes relacionadas	22	11.438	7.361	10.242
Total do ativo circulante		1.438.484	1.441.792	1.461.790
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Depósitos judiciais	20.3	154.452	207.165	154.452
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.b	208.845	201.347	208.849
Partes relacionadas	22	111.101	73.656	111.101
Investimentos	11	170.972	196.841	52.184
Outros investimentos		1.608	9.879	1.608
Imobilizado	12	154.316	145.756	160.952
Intangível	13	5.055.932	5.185.538	5.160.785
Total do ativo não circulante		5.857.226	6.020.182	5.849.931
Total do ativo		7.295.710	7.461.974	7.311.721

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de reais				
Resultado	Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Receita líquida de vendas e serviços	24	1.620.970	1.426.506	1.674.191
Vendas		1.552.095	1.391.280	1.588.775
Serviços		68.875	35.228	85.416
Custo das vendas e dos serviços prestados	25	(636.900)	(582.507)	(653.742)
Lucro bruto		984.070	844.001	971.338
Recursos (despesas) operacionais				
Geais e administrativas	25	(337.515)	(428.283)	(362.997)
Com vendas	25	(275.775)	(230.194)	(282.671)
Provisão para perda esperada	25	(51.304)	(55.714)	(53.003)
Outras receitas operacionais	25	4.282	13.699	4.286
Outras despesas operacionais	25	(11.860)	(26.321)	(11.862)
Equivalência Patrimonial	11	(15.695)	(8.024)	(12.300)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos		296.203	109.164	301.902
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	26	277.083	72.469	279.465
Despesas financeiras	26	(259.276)	(299.554)	(260.947)
Lucro (prejuízo) operacional antes dos impostos		17.907	(227.085)	18.518
Imposto de renda e contribuição social				
Correntes	21a	177.573	3.190	175.617
Diferidos	21a	8.233	36.653	3.646
Lucro (prejuízo) do exercício		185.806	(190.843)	36.727
Acionistas controladores		499.816	(78.078)	499.816
Acionistas não controladores		-	(133)	794
Lucro (prejuízo) por ação				
Básico		0,09	(0,01)	0,09
Diluído		0,09	(0,01)	0,09

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de reais				
Saldo em 31 de dezembro de 2022	Controladora		Consolidado	
	Capital Social	Reservas de capital	Prejuízo acumulado	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.441.121	83.742	(870.695)	4.654.168
Resultado abrangente do exercício	-	-	(78.078)	(78.078)
Contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	13.381	-	13.381
Opções outorgadas reconhecidas (nota 23.3)	-	13.381	-	13.381
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	5.441.121	97.123	(948.773)	4.589.471
Resultado abrangente do exercício	-	-	499.816	499.816
Lucro (prejuízo) do exercício	-	-	499.816	499.816
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	499.816	499.816
Contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	8.701	-	8.701
Opções outorgadas reconhecidas (nota 23.3)	-	8.701	-	8.701
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	5.441.121	105.824	(448.957)	5.097.988
Saldo em 31 de dezembro de 2024			1.296	5.099.284

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de reais				
Resultado	Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Lucro (Prejuízo) do exercício		499.816	(78.078)	499.816
Outros resultados abrangentes		-	-	-
Resultado abrangente do exercício		499.816	(78.078)	499.816

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de reais

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024

Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social

Ajustes para conciliação ao resultado:

Depreciação e amortização

Provisão para perdas esperadas

Provisão para perdas tributárias, cíveis e trabalhistas

Provisão para contas a pagar por aquisições cíveis e trabalhistas

Equivalência patrimonial

Rendimentos sobre aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

Atualização monetária em empréstimos a partes relacionadas

Encargos financeiros de arrendamentos

Encargos financeiros das provisões tributárias e trabalhistas

Encargos financeiros de empréstimos e debêntures

Juros sobre pagamentos a fornecedores

Encargos financeiros de aquisições

Obrigações contratuais e direito a mercadorias devolvidas

CANCELAMENTOS DE CONTRATOS DE DIREITO DE USO

Resultado na venda ou baixa de ativos e outros investimentos

Perda por redução ao valor recuperável dos ativos (impairment)

Outorga de ações restritas

Variações em ativos e passivos operacionais:

Contas a receber

Estoques

Adiantamentos

Impostos a recuperar

Depósitos judiciais e contas judiciais

Outros créditos

Ativo de partes relacionadas

Fornecedores

Salários e encargos sociais

Ativo a pagar/Imposto de renda e contribuição social

Passivos do contrato e receita diferida

Outras contas a pagar

Passivo de partes relacionadas

Caixa gerado pelas operações

Imposto de renda e contribuição social pagos

Juros pagos de arrendamento por direito de uso

Juros pagos de empréstimos e debêntures

Juros pagos de combinações de negócios

Trabalhistas cíveis

Caixa líquido proveniente das atividades operacionais

Fluxo de caixa das atividades de investimento

Resgate de títulos e valores mobiliários

Investimento em títulos e valores mobiliários

Adições ao imobilizado

Adições ao intangível

Pagamento em combinação de negócios, líquido do caixa adquirido

Caixa adquirido em incorporação de subsidiárias

Aumento de Capital em controladas

Caixa líquido proveniente das atividades de investimento

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

Pagamento de arrendamento por direito de uso

Pagamento de empréstimos e financiamentos e debêntures

Empréstimo com partes relacionadas

Emissão de títulos públicos líquidos dos custos de emissão

Pagamentos de contas a pagar por combinação de negócios

Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento

(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício

Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício

(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: A Somos Sistemas de Ensino S.A., aqui denominada "Companhia", "Controladora" ou "Somos Sistemas", com sede na Rodovia Presidente Dutra, Km 136, na cidade de São José dos Campos - SP, e suas controladas (em conjunto, o "Grupo") têm como principal atividade fornecer soluções digitais e educacionais completas que atendam a todas as necessidades de escolas particulares que operam no segmento educacional de ensino fundamental e médio. Nesse sentido, o Grupo construiu uma solução de multirrecursos habilitadas para essa tecnologia, com conteúdo digital e impresso por meio de contratos de longo prazo com escolas parceiras. **1.1. Eventos significativos durante o exercício:** (a) **Reversão de contingência tributária do ágio:** A Companhia é parte em processos de natureza tributária relacionados à dedutibilidade fiscal do ágio, dedutibilidade de despesas financeiras e multas relacionadas a esses processos. A autoridade tributária entendeu que as despesas operacionais e financeiras relacionadas à aquisição das empresas do Grupo Anglo (entidade predecessora da Somos Sistemas, definida como "predecessora") e reconhecidas pela Companhia em seus resultados não eram dedutíveis e, portanto, procedeu com a glosa de despesas, prejuízo fiscal e consequente aplicação de multas. Ao longo do ano de 2024, houveram eventos relevantes que impactaram a análise e a conclusão da Companhia junto ao seu assessor jurídico externo quanto à probabilidade de perda nesses processos, especialmente derivadas de: (a) decisões favoráveis à Companhia no processo, que desqualificaram as atuações relacionadas a: (i) a glosa da amortização do ágio, (ii) a glosa da compensação de prejuízo fiscal, (iii) as multas isoladas e de ofício relacionadas aos itens anteriores, e (iv) uma decisão parcialmente positiva em relação à glosa de despesas financeiras de debêntures, mantendo a glosa, mas reduzindo o percentual de aplicação, (b) decisões recentes favoráveis no Judiciário em casos semelhantes; e (c) o estabelecimento de jurisprudência (consenso entre juristas) sobre as questões discutidas no processo. Em decorrência desses fatos, a Companhia atualizou sua expectativa de perda no processo, com base no parecer de seus assessores externos, nos seguintes itens: (i) para as despesas com a amortização do ágio, multas isoladas e de ofício derivadas desse item, a probabilidade de perda anteriormente definida como "provável" foi atualizada para "remota", sendo revertida a provisão nas demonstrações individuais e consolidadas de resultado do exercício, e (ii) para a discussão acerca da dedutibilidade de despesas financeiras oriundas da emissão de debêntures, a Companhia manteve sua avaliação de risco como "provável". Mais informações são apresentadas na nota explicativa 20. (b) **Incorporação de empresas controladas:** Em 01 de Outubro de 2024, a Companhia procedeu com a incorporação da controlada A & R Comercio e Serviços de Informática Ltda. ("Pluri"). O saldo total incorporado foi R\$ 16.044, e maiores detalhes estão apresentados na nota explicativa 5. (c) **Impairment de ativo financeiro - Participação de acionistas não controladores na Flex Flux:** A Companhia, em 19 de julho de 2022, adquiriu uma participação não controladora na Flex Flux Limited ("Flex Flux"). Em 2024, ao avaliar eventos ocorridos ao longo do exercício, a Companhia identificou evidências de redução no valor recuperável do ativo, principalmente devido a: (i) falta de evidências suficientes para comprovar a capacidade do investimento de gerar benefícios econômicos futuros, (ii) indícios observáveis de que o valor do ativo diminuiu significativamente no período, especialmente em relação à entrega dos resultados esperados, e (iii) os fluxos de caixa líquidos reais, que estão significativamente piores do que os orçados. Como resultado desses fatores, a Companhia reconheceu uma perda por redução ao valor recuperável sobre o montante inicialmente investido, pois não há expectativa de recuperação. O montante registrado foi de R\$ 8.271 e está apresentado na nota explicativa 25. **2. Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas para emissão pela sua Diretoria em 28 de março de 2025. **2.1. Consolidação:** A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na nota a seguir. **a) Controladas:** Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. O investimento em controladas é avaliado pelo método da equivalência patrimonial, cujo investimento é reconhecido inicialmente pelo custo de aquisição e, posteriormente ajustado pelas alterações dos ativos líquidos das investidas. Os ativos e passivos identificáveis adquiridos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelo valor justo na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das novas controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. A seguir apresentamos a relação das empresas controladas pela Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Companhia	Participação	
	31/12/2024	31/12/2023

Colégio Anglo São Paulo Ltda. ("Anglo São Paulo")

A & R Comercio e Serviços de Informática Ltda. ("Pluri") (i)

Sociedade Educacional da Lagoa Ltda. ("SEL")

EMME - Produções de Materiais em Multimídia Ltda. ("EMME")

Phidels Tecnologia Desenvolvimento de Sistemas Ltda. ("Phidels") (ii)

MVP Consultoria e Sistemas Ltda. ("MVP")

Escola Start Ltda. ("Start")

(i) Entidade incorporada durante o ano de 2024, conforme apresentado na nota explicativa 5. (ii) Entidade que foi incorporada pela empresa MVP Consultoria e Sistemas Ltda., sem impacto aos saldos consolidados pela Companhia. A Controladora direta da Companhia é a Vasta Platform Ltda. ("Vasta"). A Vasta é uma companhia de capital aberto e registrado na SEC ("The US Securities and Exchange Commission"), e suas ações são negociadas na Nasdaq Global Select Market sob o símbolo "VSTA". Já a controladora indireta e final da Companhia é a Cogna Educação S.A. ("Cogna" ou "Grupo Cogna"), empresa listada na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, no segmento especial denominado Novo Mercado, sob o código COGN3. Coligadas: Coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo possui influência significativa, mas não controla nem compartilha controle das políticas financeiras e operacionais. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial. Esses investimentos são inicialmente reconhecidos pelo custo, o qual inclui os custos de transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo e no resultado abrangente das investidas avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, até a data em que a influência significativa cesse.

c) Segmento operacional: As informações por segmento operacional são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Diretoria Executiva, que é a principal tomadora de decisões operacionais, além de ser responsável pela alocação de recursos, avaliação de desempenho e tomada de decisões estratégicas na Companhia. **d) Unidades Geradoras de Caixa - (UGC):** Para fins de avaliação de impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Para os fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou grupos de Unidades Geradoras de Caixa que se espera se beneficiem das sinergias da combinação. Devido à fusão, no final de 2023, da entidade Livro Fácil (que representava os Serviços Digitais UGC) na Somos Sistemas, a Companhia, a partir de 2024, alocará o ágio a uma única unidade geradora de caixa, sendo a Core & Complementar. Vide nota explicativa nº 13.

e) Moeda funcional e de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual ela atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que corresponde a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

f) Demonstração do resultado abrangente: Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação, quando aplicáveis) que, em conformidade com os procedimentos não são reconhecidos na demonstração do resultado como requeridos ou permitidos pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, quando aplicáveis. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Grupo não apresentou outros itens além dos resultados dos exercícios apresentados nas demonstrações do resultado individuais e consolidados.

g) Mensuração dos ativos e passivos: As Demonstrações Financeiras Consolidadas são preparadas baseadas no custo histórico, exceto para alguns ativos e passivos que estão mensurados ao valor justo, como apresentado nas políticas contábeis a seguir. **3. Estimativas e julgamentos contábeis:** Na preparação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, a Administração faz julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas, e por isso são continuamente avaliados com base na experiência histórica e em outros fatores incluindo expectativas de recursos, avaliação de desempenho e razões e relevantes para as circunstâncias. As revisões dessas estimativas são reconhecidas prospectivamente. **3.1. Julgamentos contábeis: a) Determinação do período de locação ("leasing")** A Companhia possui contratos de locação onde atua como locatária, relativos à locação de depósitos, equipamentos e computadores utilizados para sistemas de ensino e soluções educacionais. Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para exercer uma opção de extensão. As opções de extensão (ou os períodos após as opções de rescisão), são incluídas apenas no prazo do arrendamento se o arrendamento estiver razoavelmente certo de ser exercido (ou não encerrado). Para arrendamentos de armazéns, equipamentos ou mesmo computadores utilizados em soluções educativas, os seguintes fatores são normalmente os mais relevantes: • Se houver penalidades significativas para rescisão (ou não prorrogação), o Grupo está razoavelmente certa de prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento. • Se houver quaisquer benfeitorias em propriedades arrendadas com saldos residuais significativos, o Grupo está razoavelmente certa de prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento. • Além disso, a Companhia considera outros fatores, incluindo práticas passadas relacionadas ao uso de categorias específicas de ativos (ativos arrendados ou próprios), bem como a duração histórica dos arrendamentos e os custos e interrupções de negócios necessários para substituir o ativo arrendado. **3.2. Estimativas e incertezas: a) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O método do passivo (conforme o conceito descrito na IAS 12 - "Liability Method") de contabilização do imposto de renda e contribuição social diferido é usado para as diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado na data de cada balance e reduzido ao montante que não seja mais realizável por meio de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas para determinação dos

ativos fiscais diferidos. Maiores detalhes estão apresentados na nota explicativa 21. **b) Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis:** O Grupo é parte em diversos processos judiciais e administrativos e constitui provisão para todos os processos judiciais cuja expectativa de perdas seja provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos internos e externos do Grupo e de suas controladas, além do histórico de provisionamento dos processos encerrados nos últimos 12 meses ("ticket médio"), para os processos de natureza cível. A Administração acredita que essa provisão é suficiente e está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras. Os saldos contábeis decorrentes dessas estimativas estão apresentados na nota explicativa 20. **c) Provisão para perda esperada:** As perdas esperadas são baseadas nos riscos de inadimplência e taxas de perdas esperadas. A Companhia usa julgamento ao fazer essas avaliações e ao calcular o valor recuperável desse ativo, com base nas informações históricas, condições de mercado existentes, bem como estimativas futuras esperadas ao final do exercício. **d) Impairment: Avaliação da existência de perda por redução ao valor recuperável nos ágios:** A Companhia realiza anualmente cálculo para avaliar possíveis perdas ao valor recuperável de suas unidades geradoras de caixa (UGCs), determinados com base em cálculos estimados do valor em uso. O cálculo do valor em uso é baseado em um modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa são derivados do orçamento para um futuro previsível e não incluem atividades de reestruturação com as quais a Companhia ainda não se comprometeu ou investimentos futuros significativos que irão melhorar o desempenho dos ativos da UGC sob teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto usada para o modelo de fluxo de caixa descontado, bem como aos fluxos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento usada para fins de extrapolção. Maiores divulgações estão apresentadas na nota explicativa 13. **e) Devolução de mercadorias e reembolsos:** Conforme definido nos termos de contratos com alguns clientes, estes são obrigados a fornecer à Companhia uma estimativa do número de alunos que irão utilizar nosso conteúdo no próximo ano letivo (que normalmente começa em fevereiro do ano seguinte), permitindo assim o início da entrega de seus produtos. Uma vez que os contratos permitem devoluções de produtos (geralmente por um período de quatro meses a partir da data de entrega) até um certo limite, a Companhia reconhece a receita pelo valor que se espera receber com base nos históricos de vendas, assumindo que as outras condições para o reconhecimento da receita são conhecidas. Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustado pelos retornos esperados, que são estimados com base em dados históricos por carteira. Nessas circunstâncias, um passivo de reembolso e um direito de recuperar no ativo de mercadorias devolvidas são reconhecidos. Maiores divulgações estão apresentadas na nota explicativa 18. A recuperação de mercadorias é medida pelo valor contábil anterior do estoque menos quaisquer custos esperados para recuperar tais mercadorias. O passivo de reembolso está incluído em Passivos contratuais e Receitas diferidas e o direito de recuperar as mercadorias devolvidas está incluído em Estoques. A Companhia revisa sua estimativa de retornos esperados em cada data de relatório. Maiores divulgações estão apresentadas na nota explicativa 10. **f) Mensuração do valor justo:** Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia utiliza dados observáveis de mercado na medida em que estão disponíveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia do valor justo, descrita a seguir, com base

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 -

construção. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou partes substituídas é baixado. Os custos de reparos e manutenções são lançados em contrapartida do lucro decorrente do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos a seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Ativo	Vida útil
Edificações e benfeitorias (i)	5 - 20
Equipamentos de informática	3 - 10
Móveis, equipamentos e utensílios	3 - 10
Direito de uso	3 - 15

(i) As edificações e benfeitorias tem vida útil definida de acordo com o prazo de vencimento do contrato de locação. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. A Companhia revisou a vida útil de seus ativos e concluiu que as taxas de depreciação utilizadas são concordes com suas operações em 31 de dezembro de 2024 e 2023. O valor contábil de um ativo será imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na rubrica "Outras despesas (receitas) operacionais", na demonstração do resultado. **4.3.6. Intangível:** Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) e são compostos por direitos e concessões que incluem, principalmente, softwares, relacionados as licenças de programas de computador, marcas registradas, licenças de operação, além do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), decorrente de combinação de negócio, e também as relações com clientes, contratuais ou não. Adicionalmente, é realizada anualmente a revisão de vida útil dos ativos intangíveis. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo os custos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A seguir apresentamos maior detalhamento de cada um deles: **a) Ágio:** O ágio é representado pela diferença entre a contraprestação transferida e o valor justo de ativos líquidos identificáveis, e passivos assumidos em uma combinação de negócios. **b) Software:** As licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados ao longo da vida útil estimada dos respectivos softwares. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software/projeto, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de software/projeto e uma parcela adequada das despesas diretas. Os custos com desenvolvimento que não atendem aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesas não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos com o desenvolvimento de software/projeto reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, não sendo superior a 5 anos. A Companhia não identificou mudanças na vida útil estimada em 31 de dezembro de 2024 e 2023. **c) Marcas:** As marcas são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 20 a 30 anos. A Companhia não identificou mudanças na vida útil estimada em 31 de dezembro de 2024 e 2023. **d) Carteira de clientes:** As carteiras de clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente, entre 12 e 13 anos. A Companhia não identificou mudanças na vida útil estimada em 31 de dezembro de 2024 e 2023. **e) Produção de conteúdo:** Gastos de desenvolvimento com conteúdo de plataforma são capitalizados apenas se os gastos podem ser mensurados de forma confiável, o produto ou processo é idêntico a outros produtos ou processos com rendimentos futuros prováveis e a Companhia pretende e tem recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Caso contrário, é reconhecido no resultado conforme incorrido. Após o reconhecimento inicial, os gastos de desenvolvimento são medidos pelo custo menos a amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada, em média de 3 anos. A Companhia não identificou mudanças na vida útil estimada em 31 de dezembro de 2024 e 2023. **4.3.7. Direitos autorais:** A Companhia é responsável por diferentes acordos de direitos autorais, conforme apresentado a seguir: a) Os direitos autorais são pagos aos autores dos conteúdos incluídos nos livros didáticos produzidos pela Companhia e são calculados com base nos percentuais pactuados de receita ou ingressos relativos aos livros vendidos, conforme definido em cada contrato. Os pagamentos são feitos em uma base mensal, trimestral, semestral, anual ou híbrida. Para esses contratos os autores mantêm a titularidade legal dos direitos autorais. Esses direitos autorais são apresentados na demonstração do resultado e em outros resultados abrangentes de acordo com o regime de competência, quando os produtos são vendidos. **b)** Em alguns casos em que os autores mantêm o título legal dos direitos autorais, os contratos exigem o pagamento antecipado de parte ou mesmo o pagamento total das vendas previstas antes de os autores iniciarem a produção do conteúdo. Nesses casos, os direitos autorais são reconhecidos como "pagamentos antecipados" na Demonstração Consolidada e debitados ao lucro ou prejuízo quando os livros são vendidos com base na previsão de vendas relacionada. A Companhia revisa regularmente a previsão de vendas para determinar se uma redução no valor recuperável é necessária. **c)** Quando a Companhia adquire permanentemente a titularidade legal dos direitos autorais dos autores, os valores são capitalizados na rubrica "Ativos intangíveis e Ágio" como "Outros ativos intangíveis" e são amortizados pelo método linear ao longo de suas vidas úteis estimadas, não superior a 3 anos, período esse que a Companhia utilizou para renovar seu conteúdo. **4.3.8. "Impairment" de ativos não financeiros:** Ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos a amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência em eventos ou circunstâncias que possam indicar um possível *impairment*. Os testes que estão sendo realizados são revisados para verificar a ocorrência de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para fins de avaliação de *impairment*, esses ativos são agrupados na menor unidade geradora de caixa para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. **4.3.9. Debêntures:** São reconhecidos e mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os títulos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos gerais e específicos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável que requer um período substancial para ser preparado para seu uso pretendido ou venda, são capitalizados como parte do custo desse ativo quando provável que os benefícios econômicos futuros associados ao item fluirão para a Companhia e os custos podem ser mensurados com segurança. Os demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas financeiras no período em que são incorridos. **4.3.10. Fornecedores e fornecedores risco sacado:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas e mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Alguns fornecedores nacionais têm a opção de ceder recebíveis da Companhia, sem direito de regresso, para instituições financeiras de primeira linha. Por meio dessas operações, os fornecedores cedem anteriormente seus recebimentos com custos financeiros reduzidos, uma vez que as instituições financeiras consideram o risco de crédito da Companhia. A operação não altera os prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com os fornecedores. A Companhia classifica estas operações em rubrica contábil específica denominada "Fornecedores - risco sacado" (vide nota 15). Nas demonstrações do fluxo de caixa, estes valores são alocados como atividade operacional, visto que tal transação tem caráter semelhante à de contas a pagar aos fornecedores. **4.3.11. Direito de uso: a) Ativos de direito de uso:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subseqüente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, menos qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados para qualquer mensuração de passivos de arrendamento. O custo dos ativos com direito de uso inclui o valor dos passivos reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos do arrendamento feitos na data de início ou antes, menos quaisquer incentivos recebidos do arrendamento. Os ativos de direito de uso reconhecidos são depreciados em uma base linear durante o período mais curto de sua vida útil estimada ou o prazo de arrendamento, já que a maioria dos arrendamentos da Companhia está relacionada a arrendamentos de propriedade. **b) Passivos de direito de uso:** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos do arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem efetuados ao longo do prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos, menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos de arrendamento variáveis que dependem de um índice ou uma taxa e valores que se espera que sejam pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos do arrendamento também incluem o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa a ser exercida pela Companhia e o pagamento de multas pelo término do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção pela Companhia. Os pagamentos variáveis do arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesa no período em que ocorre o evento ou condição que desencadeia o pagamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a taxa incremental de crédito da Companhia para o período de tempo da vida útil dos ativos. O prazo de arrendamento é for prontamente determinável. O valor contábil dos passivos do arrendamento é reavaliado se houver uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos fixos do arrendamento ou uma mudança na avaliação para comprar o ativo de direito de uso. **c) Arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor:** A Companhia não realiza o reconhecimento de arrendamento de curto prazo para seus arrendamentos de curto prazo de propriedades (ou seja, aqueles arrendamentos que têm um prazo de arrendamento de 12 meses ou menos a partir da data de início e não contêm uma opção de compra), e para o arrendamento de bens de baixo valor (substancialmente relativo à locação de equipamentos de escritório considerados de baixo valor). Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear durante o prazo do arrendamento. **d) Prazo de locação dos contratos com opção de renovação:** A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo não cancelável do arrendamento, juntamente com quaisquer períodos cobertos por uma opção de estender o arrendamento se for razoavelmente certo de ser exercido, ou quaisquer períodos cobertos por uma opção de rescindir o arrendamento, se razoavelmente certo de ser exercido. A Companhia tem a opção, em alguns de seus arrendamentos, de arrendar os ativos por termos adicionais. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo exercer a opção de renovação. Ou seja, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para que exerça a renovação. Após a data de início, a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que está sob seu controle e afeta sua capacidade de exercer (ou não) a opção de renovação (por exemplo, uma mudança na estratégia de negócios). **4.3.12. Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e civis:** As provisões para riscos relacionados aos processos judiciais são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) uma estimativa confiável do valor possa ser feita. A probabilidade de perda de processos judiciais e administrativos em que a Companhia apareça como ré é avaliada pela Administração nas datas das Demonstrações Financeiras. As provisões estão registradas por montante considerando pela Companhia os custos adequados para a cobertura de estimativa de perdas prováveis e são mensurados pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa anual do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **4.3.13. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** O resultado tributário do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL correntes e diferidos, calculado sobre o lucro apurado após dos impostos e reconhecido na demonstração de resultado. O IRPJ e CSLL são calculados com base na aplicação das alíquotas de 25% e 9% respectivamente, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e demais diferenças temporárias nos saldos dos ativos e passivos para fins fiscais e nas demonstrações financeiras. O ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferido são registrados integralmente nas demonstrações financeiras, exceto, no caso do ativo, se não forem prováveis que lucros tributáveis futuros sejam realizados, nesse cenário, temos um limitador ao valor do ativo diferido a ser reconhecido. O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributável, em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida. **4.3.14. Benefícios a empregados:** a) **Benefícios de curto prazo a empregados:** As obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperada a ser pago, caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em decorrência de serviço anterior prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada com segurança. A Companhia também concede a sua equipe comercial comissões calculadas considerando as metas de vendas e receitas existentes que são definidas anualmente e alinhadas com a estratégia da companhia. Esses valores são provisionados em "Salários e Contribuições Sociais" separadamente com base no cumprimento dessas metas, sendo os pagamentos geralmente efetuados semestralmente. Uma vez que as comissões são pagas com base nas vendas anuais de cada contrato, a Companhia optou por usar o expediente prático para reconhecer os custos conforme incorridos. **b) Plano de outorga de ações:** A Companhia remunera a parte de sua Administração e alguns funcionários por meio de remuneração baseada em ações de longo prazo envolvendo Unidades de Ações Restritas ou "RSU", e Planos de metas de performance das ações ou "PSU". Os planos de RSU e PSU são baseados em ações da Controladora Direta Vasta, por meio de um preço fixo por ação (preço de mercado) determinado na data de outorga em que a Vasta tem a obrigação de entregar as ações sem liquidação em dinheiro. **c) Benefícios de rescisão:** Os benefícios de rescisão são pagos quando o vínculo empregatício é rescindido pela Companhia antes da data normal de aposentadoria ou sempre que um funcionário aceita a demissão voluntária em troca desses benefícios. A Companhia reconhece os benefícios de rescisão no início das seguintes datas: (i) quando a Companhia não pode mais retirar a oferta desses benefícios; e (ii) quando a entidade reconhece custos para uma reestruturação e envolve o pagamento de benefícios de rescisão. No caso de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária, os benefícios de rescisão são medidos com base no número de funcionários que se espera que aceite a oferta. Os benefícios com vencimento em mais de 12 meses após o final do período de relatório são descontados ao seu valor presente. **4.3.15. Capital social:** As ações ordinárias da Companhia são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opção são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos. Quando qualquer controlada da Companhia compra ações de capital da própria Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou remittidas. Quando essas ações são subsequentemente resgatadas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis, e dos respectivos efeitos do IRPJ e da CSLL, é incluído no capital atribuível aos acionistas da Companhia.

4.3.16. Receita na venda de produtos e serviços: A Companhia gera a maior parte de sua receita com a venda de livros didáticos ("publicação") quando vendidos como produtos autônomos ou "PAF" quando agrupados como uma plataforma educacional), e sistemas de aprendizagem em formatos impressos e digitais para escolas privadas por meio de transações de curto prazo ou prazo contínuo com prazo médio de três a cinco anos. Os conteúdos em formatos impressos e digitais relacionados a esses livros didáticos e sistemas de aprendizagem são praticamente os mesmos, com pequenos suplementos apresentados apenas em formato digital. Portanto, a receita de conteúdo educacional é reconhecida quando a Companhia entrega o conteúdo em formato impresso e digital. A Somos Sistemas também vende seus produtos diretamente para alunos e pais por meio de sua plataforma de e-commerce. Uma vez que a Companhia obtém o controle das mercadorias vendidas antes de serem transferidas para seus clientes, ela avalia a relação principal versus agente e determina que é o principal na transação. Portanto, a receita é reconhecida em um valor bruto de contraprestação a que a Companhia tem direito em troca dos bens especificados transferidos. Devido à natureza das operações da Companhia, a comercialização de livros didáticos e de sistemas de ensino impressos e digitais não está sujeita ao recolhimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição Social sobre o Imposto de Renda (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, ou COFINS). Essas vendas também estão isentas de impostos municipais brasileiros e do imposto de valor agregado brasileiro (Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, ou ICMS). De acordo com os termos dos contratos com alguns clientes, estes são obrigados a fornecer à Companhia uma estimativa do número de alunos que irão acessar o conteúdo no próximo ano letivo (que normalmente começa em fevereiro do ano seguinte), permitindo que a Companhia inicie a entrega de seus produtos. Como os contratos permitem devoluções de produtos (geralmente por um período de quatro meses a partir da data de entrega) até certo limite, a Companhia reconhece a receita pelo valor que se espera receber com base na experiência passada, assumindo que as demais condições para o reconhecimento da receita são atendidas. Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustado pelos retornos esperados, que são estimados com base em dados históricos por carteira. Nessas circunstâncias, um passivo de reembolso e um direito de recuperar ativos de mercadorias devolvidas são reconhecidos. A recuperação de mercadorias devolvidas é medida pelo valor contábil anterior do estoque menos quaisquer custos esperados para recuperar as mercadorias. O passivo de reembolso está incluído em Passivos contratuais e Receitas diferidas e o direito de recuperar as mercadorias devolvidas está incluído em Estoques. A Companhia revisa sua estimativa de retornos esperados em cada data de relatório e atualiza os valores do ativo e do passivo de acordo. A Companhia também oferece outros tipos de soluções educacionais complementares, atrelados principalmente à prestação de seus serviços, mediante a oferta de cursos preparatórios para vestibulares, serviços digitais e outros serviços para escolas privadas, tais como: formação de professores, educadores e apoio aos pais, correção de redações e avaliações por meio de plataforma digital, conteúdos educacionais extracurriculares e serviços relacionados à gestão de escolas particulares. Os serviços digitais são obrigações de desempenho distintas, assim, a receita é reconhecida ao longo do tempo, conforme os serviços são prestados (ou seja, médio de saída) ao cliente. A Companhia acredita que esta é uma medida apropriada de avaliação da satisfação das obrigações de desempenho, pois é a medida mais precisa de contraprestação que espera ter em troca dos serviços prestados. Esses serviços podem ser vendidos de forma autônoma ou agrupados em contratos de sistema de publicação e aprendizagem e, quando agrupados, cada obrigação de desempenho é reconhecida separadamente. A receita de serviço é apresentada líquida dos descontos, devoluções e impostos correspondentes. **4.3.17. Impostos sobre a receita:** A Companhia e suas controladas se beneficiam da Lei tributária nº 10.865/04, conforme alterada pela Lei nº 11.033/04, que estabelece alíquota zero sobre a venda de livros com relação às contribuições para o programa de integração social (Programa de Integração Social, ou PIS), e as contribuições sociais sobre o imposto de renda (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, ou COFINS). A venda de livros também está isenta pela constituição brasileira de impostos municipais brasileiros, imposto de serviço brasileiro (Imposto Sobre Serviços, ou ISS) e do imposto brasileiro sobre a circulação de mercadorias, transporte interestadual e intermunicipal e serviços de comunicação (Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, ou ICMS). A isenção de impostos disponível para livros físicos foi estendida aos livros digitais com base em uma decisão do Supremo Tribunal Federal proferida em 8 de março de 2017. As receitas de serviços estão sujeitas ao PIS e COFINS no regime tributário não cumulativo (com alíquota nominal estatutária de 9,25%), bem como aos impostos municipais sobre serviços (Impostos sobre Serviços, ou ISS) para os quais a alíquota legal de 5% é aplicada. **4.3.18. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pagamento pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração, no mercado primário ou, na sua falta, no mais vantajoso mercado ao qual a Companhia tenha acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete seu risco de desempenho, o que inclui, entre outros, o risco de crédito do próprio negócio. Se não houver preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em consideração ao precificar uma transação. Se um ativo ou passivo mensurado pelo valor justo tiver um preço de compra e venda, o Grupo mede os ativos com base nos preços de compra e o passivo com base nos preços de venda. Um mercado é considerado ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrerem com frequência e volume suficientes para fornecer informações sobre preços continuamente. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é geralmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contraprestação dada ou recebida. Se a Administração determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo é evidenciado por um preço cotado em um mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico ou por uma técnica de avaliação para a qual qualquer valor não observável. Como os dados são considerados insignificantes em relação à mensuração, o instrumento financeiro é inicialmente mensurado pelo valor justo, ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Essa diferença é subsequentemente reconhecida na demonstração combinada do resultado ou outro resultado abrangente de forma adequada ao longo da vida útil do instrumento, ou até o momento em que sua avaliação seja totalmente suportada por dados observáveis de mercado ou a transação seja fechada, o que ocorrer primeiro. Para fornecer uma indicação sobre a confiabilidade dos dados utilizados na determinação do valor justo, a Companhia classificou seus instrumentos financeiros de acordo com os julgamentos e estimativas dos dados observáveis, tanto quanto possível. A hierarquia do valor justo baseia-se no grau em que o valor justo é observável usado nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: As mensurações do valor justo são aquelas derivadas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Nível 2: As mensurações do valor justo são aquelas derivadas de instrumentos que não os preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e • Nível 3: As mensurações do valor justo são aquelas derivadas de técnicas de avaliação que incluem entradas para o ativo ou passivo que não são baseadas em dados observáveis de mercado (entradas não observáveis). **5. Combinação de negócios e incorporação de controladas: 5.1. Combinação de negócios:** Em 03 de março de 2023 a Companhia adquiriu 51% da participação societária no capital social da empresa Escola Start Ltda. ("Start"), quando o controle sobre a entidade foi transferido mediante o cumprimento de todas as condições estabelecidas no contrato de compra e venda. O preço total de aquisição foi de R\$4.414, sendo composto por: (i) R\$2.806 relacionado ao preço para aquisição de 51% do patrimônio líquido da entidade, e (ii) R\$1.608 pela aquisição de uma opção de compra do percentual remanescente de participação, com vencimento em 2028, e que foi reconhecida na rubrica de "outros investimentos em participações em entidades", no balanço patrimonial. Esse montante foi pago em 2 parcelas, sendo uma parcela fixa de R\$ 4.100 à vista na data da aquisição e uma parcela variável de R\$ 314, mediante ao cálculo de indicadores financeiros definidos em contrato e corrigidos a 100% da CDI. Essa parcela variável foi paga em 12 de agosto de 2023. Na mesma data a Companhia adquiriu uma opção de compra para aquisição do percentual remanescente dos 49% de capital social da Start detidas pelo acionista não controlador. O vencimento dessa opção é janeiro de 2028, com preço de exercício de R\$ 11.700 ("preço de exercício"). **5.2. Incorporação de controladas:** Em 01 de outubro de 2024 foi realizada cisão do acervo patrimonial da controlada A&R Comércio e Serviços de Informática Ltda. ("Pluri"), sendo este acervo incorporado e sucedido pela empresa Somos Sistemas de Ensino S.A., nos termos do protocolo e justificativa da incorporação, avaliado a valor contábil na data base de 31 de agosto de 2024, conforme laudo de avaliação emitido por empresa especializada em 01 de outubro de 2024. Apresentamos a seguir os impactos as respectivas rubricas patrimoniais:

	Laudo de avaliação (data-base 31.08.2024)	Movimento Patrimonial em setembro.2024	Somos em Sistemas (i)	Saldo Cíndulo na Controladora
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3.746	(359)	–	3.387
Estoques	6.319	(5.561)	–	758
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	4.764	29	–	4.793
Partes relacionadas	238	–	–	238
Outros créditos	1.825	(1.442)	–	383
Total ativo circulante	16.892	(7.333)	–	9.559
Ativo não circulante				
Garantia de Contingências	27	1	–	28
Imobilizado	5	(2)	–	3
Intangíveis	35	–	13.372	13.407
Total ativo não circulante	67	(1)	13.372	13.438
Total do ativo	16.959	(7.334)	–	22.998
Passivo circulante				
Fornecedores	3.251	(611)	–	2.640
Obrigações tributárias	1.799	(425)	–	1.374
Partes relacionadas	2.577	(6)	–	2.571
Outras contas a pagar	2.106	(1.790)	–	316
Total passivo circulante	9.733	(2.833)	–	6.901
Passivo não circulante				
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e civis	53	–	–	53
Total passivo circulante	53	–	–	53
Total do passivo	9.786	(2.833)	–	6.954
Patrimônio líquido	7.173	(4.501)	13.372	16.044

(i) Relativo ao ágio em combinação de negócios com a Pluri que, por decorrência da incorporação, será integralmente alocado a rubrica de ativo intangível na Controladora. **6. Gestão de riscos financeiros: 6.1. Considerações gerais e políticas:** A Companhia possui uma política de gerenciamento de riscos que visa monitorar e administrar regularmente a natureza e a posição geral dos riscos financeiros e avaliar seus resultados financeiros e os impactos no seu fluxo de caixa. Os limites de crédito da contraparte também são revisados periodicamente ou sempre que a Companhia identifica mudanças significativas no risco financeiro. Os riscos econômico-financeiros refletem o comportamento de variáveis macroeconômicas, tais como taxas de juros, bem como outras características dos instrumentos financeiros mantidos pela Companhia. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle e monitoramento, estratégias e limites específicos. Apresentamos a seguir os valores justos dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia não divulga o valor justo dos instrumentos financeiros, pois seus valores contábeis se aproximam do valor justo.

	Nível	Controladora	Consolidado		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
Ativo - Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	82.409	93.419	82.873	93.553	
Contas a receber	858.160	714.209	863.244	697.512	
Outros créditos	853	1.344	1.304	2.085	
Partes Relacionadas - outros recebíveis	122.539	81.017	121.343	77.785	
	1.063.961	889.989	1.068.764	870.935	
Ativo - Valor justo por meio de resultado					
Títulos e valores mobiliários	1	97.221	229.790	111.313	245.942
Outros investimentos	3	1.608	9.879	1.608	9.879
	98.129	239.669	112.921	255.821	
Passivo - Custo amortizado					
Emprestimos e debêntures	762.005	791.763	762.005	791.763	
Fornecedores	238.349	223.116	239.052	219.616	
Fornecedores - risco sacado	302.608	263.948	302.608	263.948	
Arrendamento por direito de uso	105.587	92.060	111.373	96.617	
Contas a pagar - aquisições	429.546	587.917	429.546	587.917	
Partes Relacionadas - outros passivos	32.401	16.085	31.556	15.060	
	1.870.496	1.974.889	1.876.140	1.974.961	
Passivo - Valor justo por meio de resultado					
Contas a pagar - combinações de negócio (i)	3	7.054	26.203	7.054	26.203
	7.054	26.203	7.054	26.203	

(i) Refere-se a parcela da *earn out* que é remunerada com base na atividade econômica da entidade adquirida (ajustes de preços pós-fechamento). As técnicas de avaliação e dados não observáveis significativos relacionados à mensuração são mencionadas a seguir. **Mensuração do valor justo - Nível 3:** **a. Técnicas de avaliação e dados não observáveis significativos:** A tabela a seguir apresenta as técnicas de avaliação utilizadas na mensuração do valor justo de nível 3, assim como os dados não observáveis significativos:

Entidades	Técnica de avaliação	Inter-relação entre os principais dados não observáveis e a mensuração do valor justo
Phidells	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos que se espera sejam gerados pela operação (receita líquida).	O valor justo estimado aumentaria (diminuiria) se: - Qualquer produto não é mais monetizado (inferior) - As taxas de desconto ajustadas ao risco foram menores (maiores) - A taxa de receita de 21,1%.
Sociedade Educacional da Lagoa	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos que se espera sejam gerados pela operação (receita líquida).	O valor justo estimado aumentaria (diminuiria) se: - Qualquer produto não é mais monetizado (inferior) - As taxas de desconto ajustadas ao risco foram menores (maiores) - A taxa de receita de 21,1%.

b. Reconciliação dos impactos ao resultado: O quadro a seguir demonstra as movimentações ocorridas nos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo de nível 3:

	31/12/2023	Juros	Pagamentos	31/12/2024
	17.920	153	(18.073)	–
Phidells	8.283	1.032	(2.261)	7.054
Total - Contas a pagar - aquisições	26.203	1.185	(20.334)	7.054

6.2. Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia estão expostas a riscos financeiros de mercado, de crédito e de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos em alinhamento com os objetivos na gestão de capital. Essa nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos acima, além de seus objetivos, políticas de medição e processos de gestão de risco e capital: **a) Política de utilização de instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia não possui nenhuma transação com derivativos. **b) Risco de mercado - risco de fluxo de caixa associado à taxa de juros:** Esse risco é oriundo da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relacionadas a empréstimos, financiamentos e debêntures captadas no mercado, contas a pagar de arrendamento e contas a pagar a terceiros por aquisições parceladas. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger do risco de volatilidade dessas taxas. Além disso, os ativos financeiros também indexados ao CDI (média diária do empréstimo interbancário de um dia) e a IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) mitigam parcialmente quaisquer exposições a taxas de juros. As taxas de juros contratadas são demonstradas a seguir:

- Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco de mercado	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023									
Coligada	Consolidado								
	% de participação	Investimento	Mais-valia	Ágio	31/12/2024	31/12/2023			
Educabank Gestão de Pagamentos Educacionais S.A.	43,1%	12.919	5.477	33.787	52.183	64.484			
		12.919	5.477	33.787	52.184	64.484			
(b) Informações sobre as controladas diretas e coligadas:									
Controladas diretas e Coligadas	Participação no patrimônio líquido	Quantidade de ações	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Resultado do exercício			
A & R Comércio e Serviços de Informática Ltda. ("Pluri")	-	7.991.650	-	-	-	(2.957)			
Colégio Anglo São Paulo	100%	1.000	-	1	(1)	-			
Sociedade Educacional da Lagoa Ltda. ("SEL")	100%	6.080.000	20.157	4.550	15.607	339			
EMME - Produções de Materiais em Multimídia Ltda. ("EMME")	100%	21.149	272	887	(615)	(4.183)			
Phidelis Tecnologia Desenvolvimento de Sistemas Ltda. ("Phidelis")	100%	40.000	-	-	-	(223)			
MVP Consultoria e Sistemas Ltda. ("MVP")	100%	3.000	10.316	1.789	8.527	179			
Escola Start Ltda. ("Start")	51%	500.000	8.944	7.875	1.069	(100)			
Educabank Gestão de Pagamentos Educacionais S.A.	43,1%	2.784.274	284.998	199.691	85.307	(28.686)			
			324.687	214.793	109.894	(35.631)			
Controladas e Coligadas	Participação no patrimônio líquido	Quantidade de ações	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Resultado do exercício			
Livraria Livro Fácil Ltda. ("Livro Fácil")	100%	8.891.650	26.913	21.283	5.630	(7.648)			
A & R Comércio e Serviços de Informática Ltda. ("Pluri")	100%	1.000	-	-	-	-			
Colégio Anglo São Paulo	100%	6.080.000	18.089	2.827	15.262	2.465			
EMME - Produções de Materiais em Multimídia Ltda. ("EMME")	100%	21.149	592	554	38	(5.733)			
Phidelis Tecnologia Desenvolvimento de Sistemas Ltda. ("Phidelis")	100%	40.000	2.295	429	1.866	863			
MVP Consultoria e Sistemas Ltda. ("MVP")	100%	3.000	4.995	625	4.370	1.774			
Escola Start Ltda. ("Start")	51%	500.000	6.545	5.375	1.170	1.747			
Educabank Gestão de Pagamentos Educacionais S.A.	43,1%	2.648.753	240.478	143.927	96.551	(41.163)			
			299.907	175.020	124.887	(45.661)			
(c) Movimentação dos investimentos:									
Saldo Inicial	31/12/2024	Controladora	31/12/2023	Consolidado	31/12/2023				
Adição por combinação de negócios	196.841	247.375	64.484	83.139					
Aumento de capital	-	3.974	-	-					
Equivalência patrimonial	5.865	7.020	-	-					
Incorporação	(15.695)	(8.024)	(12.300)	(18.655)					
Outros	(16.045)	(53.504)	-	-					
	6	-	-	-					
Saldo final	170.972	196.841	52.184	64.484					

Movimentação dos ativos intangíveis e do ágio:

Consolidado									
Saldos em 31 de dezembro 2022	Softwares	Carteira de clientes	Marcas	Acordo comercial	Produção de conteúdo	Outros intangíveis	Em andamento	Ágio	Total
Adição	18.872	-	-	-	48.599	-	37.821	-	105.292
Adição por combinação de negócios	-	1.844	1.823	-	-	-	-	2.142	5.809
Baixas/cancelamento de contratos	(450)	-	-	-	-	(1.071)	-	-	(1.521)
Amortização do exercício	(34.376)	(102.375)	(27.309)	(24.762)	(40.868)	(3)	-	-	(229.693)
Transferência	49.934	-	-	-	-	-	(49.934)	-	-
Saldos em 31 de dezembro 2023	114.701	722.652	493.129	194.065	56.101	6.207	6.845	3.713.863	5.307.563
Adição	17.403	-	-	-	42.950	-	35.575	-	95.928
Baixas/cancelamento de contratos	(90)	-	-	-	(3.573)	(9)	-	-	(3.674)
Amortização do exercício	(36.638)	(104.163)	(27.309)	(24.762)	(46.160)	-	-	-	(239.032)
Transferência	31.014	-	-	-	-	-	(31.014)	-	-
Saldos em 31 de dezembro 2024	126.399	618.489	465.820	169.303	49.316	6.198	11.406	3.713.863	5.160.785

Teste do ágio para verificação de "impairment" por modalidade: A Companhia avalia no mínimo anualmente a recuperabilidade de seus ativos, ou quando existir indicativo de alguma desvalorização. Conforme mencionado na nota explicativa 1.1, em decorrência da incorporação, ao final de 2023, dos saldos patrimoniais da Livro Fácil (pertencente a UGC "Digital Services"), aos saldos da Somos Sistemas e transações de caixa não puderam mais ser identificados. Como resultado, a partir de 2024 a Goodwill está alocado em uma única unidade geradora de caixa, denominada Core & Complementar. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia avaliou os eventos ocorridos em suas unidades geradoras de caixa que pudessem afetar sua expectativa de recuperação dos ativos não financeiros, e realizou uma análise de sensibilidade no modelo de longo prazo e fluxos de caixa, incluindo quaisquer impactos e riscos que pudessem ser estimados com base na melhor estimativa dos fluxos de caixa futuros. A conclusão dos testes realizados mostrou não haver necessidade de reconhecimento de perda ao valor recuperável dos seus ativos. O valor recuperável de uma UGC foi determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa antes do imposto de renda e da contribuição social com base no orçamento financeiro aprovado pela administração para um período de oito anos, pois a Companhia entende que esse é o tempo de maturação de uma unidade geradora de caixa. Os fluxos de caixa além desse período são extrapolados usando taxas de crescimento. A taxa de crescimento não excede a taxa média de crescimento de longo prazo para os negócios que a UGC opera. As seguintes premissas de crescimento foram utilizadas nos cálculos:

	31/12/2024	31/12/2023
Taxa de crescimento - %	13,1%	17,0%
Taxa de desconto - %	13,6%	13,2%
Taxa de crescimento (%) na perpetuidade	5,6%	5,2%
Anos projetados	8	8

A taxa de crescimento é baseada em premissas definidas pela administração da Companhia, sustentadas pelo desempenho da operação em comparação com outros concorrentes e com base em medidas internas (novas iniciativas e serviços prestados), que são levadas em consideração. A taxa de desconto é determinada pela WACC (capital de giro médio ponderado) individual, líquido de imposto de renda. As premissas do modelo de longo prazo utilizado no cálculo do teste de redução ao valor recuperável foram avaliadas e aprovadas pela Administração do Negócio, bem como as taxas utilizadas. **Teste de recuperabilidade dos modelos intangíveis:** Não houve indícios de redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Adicionalmente, os ativos intangíveis classificados como "em andamento" foram avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável comparando seu valor contábil com seu valor recuperável e nenhum ajuste foi considerado necessário. **14. Debêntures:**

Consolidado									
Saldos em 31 de dezembro 2022	31/12/2023	Adição Principal (i)	Pagamento de juros (ii)	Pagamento de principal (ii)	Juros provisionados	Custo de transação	Transferências	31/12/2024	Total
Debêntures com partes relacionadas	527.859	-	(60.708)	(500.000)	32.018	650	181	248.024	264.484
Debêntures	541.763	-	(122.244)	(500.000)	95.512	1.248	248.205	264.484	264.484
Passivo circulante	250.000	495.726	-	-	-	-	(248.205)	497.521	547.521
Debêntures com partes relacionadas	250.000	495.726	-	-	-	-	(248.205)	497.521	762.005
Debêntures	250.000	495.726	-	-	-	-	(248.205)	497.521	762.005
Passivo não circulante	791.763	495.726	(122.244)	(500.000)	95.512	1.248	-	762.005	762.005
Total	791.763	495.726	(122.244)	(500.000)	95.512	1.248	-	762.005	762.005

(i) Em 21 de junho de 2024, a Companhia emitiu debêntures simples não conversíveis em ações, compostas por duas séries, sujeitas a juros remuneratórios de 100% do CDI, acrescidos de um spread de 1,35% para a primeira série e 1,60% para a segunda série, ao ano, no valor total de R\$500.000. As debêntures têm como objetivo fortalecer a estrutura de capital da Companhia e alongar o perfil de vencimento da dívida, com o prazo final de pagamento fixado em 59 meses. (ii) A seguir apresentamos a composição dos pagamentos de juros e principal considerando as emissões realizadas:

Consolidado									
Tipo	Partes relacionadas		Debêntures						
	Emissão	9º	Série 2	Série 2					
Emissão	13.904	28/09/2022	21/06/2024	15/05/2023					
Data de emissão	28/09/2022	21/06/2024	15/05/2023	59 Meses					
Data de vencimento	36 Meses	Semestral	Semestral	Encargos financeiros					
Primeiro pagamento	Semestral	CDI + 2,40% a.a.	CDI + 1,35% a.a. e CDI + 1,6% a.a.	Valor emissão					
Pagamento do principal	RS 250.000	RS 500.000							

Consolidado									
Passivo circulante	Vencimento	31/12/2024	%	31/12/2023	%				
						Em até um ano	264.484	34,7%	541.763
Um a dois anos	-	0,0%	250.000	31,6%					
Dois a três anos	274.076	36,0%	-	0,0%					
Três anos em diante	223.445	29,3%	-	0,0%					
	497.521	65,3%	250.000	31,6%					
	762.005	100%	791.763	100%					

15. Condições e fornecedores risco sacado: A manutenção do vencimento contratual das debêntures em seus vencimentos originais está sujeita a cláusulas financeiras restritivas, que vêm sendo regularmente cumpridas. As debêntures com partes relacionadas de 10ª emissão realizadas entre a Somos Sistemas e sua controladora indireta Cogna Educação S.A., emitidas em junho de 2024, requerem a manutenção de índices financeiros "covenants", os quais são apurados trimestralmente, com base nas informações financeiras trimestrais da Companhia. O período de apuração compreende os 12 meses imediatamente anteriores ao encerramento de cada ano e trimestre, e o cálculo é o quociente da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado, sendo que o valor resultante não deve ser superior a 3,50 (três inteiros e cinquenta centésimos). Esse índice não pode ser descumprido por 2 períodos consecutivos ou por 3 períodos alternados durante a vigência da Emissão. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o índice financeiro relativo ao cálculo do quociente da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado atingiu o resultado de 2,06, dentro das condições estabelecidas nas cláusulas contratuais financeiras acima mencionadas.

Consolidado									
Fornecedores locais	31/12/2024	Controladora	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023				
						205.859	190.552	206.562	187.017
Partes relacionadas (nota explicativa 22)	7.868	11.247	7.868	11.247					
Direitos autorais	24.622	21.217	24.622	21.352					
	238.349	223.116	239.052	219.616					
Risco Sacado (i)	302.608	263.948	302.608	263.948					
	540.957	487.064	541.660	483.564					

(i) Em 31 de dezembro de 2024, o saldo dos fornecedores risco sacado foi de R\$ 302.608 (R\$ 263.948 em 31 de dezembro de 2023), sendo que as taxas de desconto das operações de cessão realizadas por nossos fornecedores junto a instituições financeiras tiveram média ponderada de 1,15% a.m. (em 31 de dezembro de 2023, a média ponderada foi de 1,05% a.m.) e prazo máximo de pagamento de 360 dias. O saldo é reconhecido, inicialmente, líquido do ajuste a valor presente, o qual é subsequentemente reconhecido como despesa financeira. A Companhia utiliza o risco sacado com os principais fornecedores (papel e impressão) para estender os prazos de pagamento, a fim de cobrir possíveis desencontros com os recebimentos das vendas. Informações adicionais sobre os fornecedores da Companhia sujeitos ao risco sacado são apresentadas na tabela abaixo:

Consolidado									
Valor contábil de passivos financeiros	31/12/2024	31/12/2023							
			302.608	263.948					
Saldo de fornecedores risco sacado	302.608	263.948							
Valores recebidos pelos fornecedores junto às instituições financeiras que fazem parte do acordo de financiamento - risco sacado, em relação ao saldo em aberto mencionado acima	284.494	-							
Intervalo de datas de vencimento de pagamento (dias)	355	-							
Fornecedores risco sacado	355	-							
Fornecedores	45-90	-							

Alterações não monetárias Não houve alterações não monetárias significativas no valor contábil dos passivos financeiros sujeitos ao risco sacado. (*) A Companhia aplicou o dispositivo transitório disponível na norma de Financiamento de Fornecedores - Alterações no IAS 7 e IFRS 7 e não apresentou informações comparativas no primeiro ano de adoção. Os pagamentos ao banco estão incluídos nos fluxos de caixa operacionais, pois continuam a fazer parte do ciclo operacional normal da Companhia e sua natureza principal permanece operacional - ou seja, pagamentos pela compra de bens e serviços. Os pagamentos a fornecedores realizados pelo banco, no valor de R\$ 284.494, são considerados transações não monetárias.

Consolidado									
Saldo Inicial	31/12/2024	31/12/2023							
			96.657	140.563					
Adições (i)	39.796	21.103							
Renegociações	7.594	2.768							
Cancelamentos (ii)	(13.033)	(38.386)							
Juros incorridos	11.584	12.717							
Pagamento de juros	(11.352)	(11.637)							
Pagamento de principal	(19.873)	(30.471)							
Saldo final	111.373	96.657							
Circulante	22.133	17.078							
Não circulante	89.240	79.579							
	111.373	96.657							

SOMOS SISTEMAS DE ENSINO S.A. - CNPJ nº 49.323.314/0001-14									
Equipamentos de	Consolidado								
	Taxa de depreciação	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2023				
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido		
Informática	10%-33%	89.944	(84.293)	5.651	83.461	(61.849)	21.612		
Móveis e utensílios	10%-33%	70.157	(40.651)	29.506	54.986	(32.739)	22.247		
Edificações e benfeitorias	5%-20%	70.204	(40.460)	29.744	54.372	(43.555)	10.817		
Em andamento	-	837	-	837	16.765	-	16.765		
Direito de uso	12%	239.408	(144.237)	95.171	178.940	(98.932)	80.008		
Terrenos	-	43	-	43	43	-	43		
Total		470.593	(309.641)	160.952	388.567	(237.075)	151.492		

Movimentação do ativo imobilizado:

Consolidado									
Saldos em 31 de dezembro 2022	31/12/2023	31/12/2024							
			2.673	2.298	-	16.565	23.871	-	45.407
Adição	-	613	183	-	-	-	796		
Adição por combinação de negócios	(1)	(1.030)	(586)	-	(32.348)	(348)	(34.313)		
Baixas/cancelamento de contratos	(18.028)	(3.737)	(5.720)	-	(30.601)	-	(58.086)		
Transferência	-	49	4.294	(4.343)	-	-	-		
Saldos em 31 de dezembro 2023	21.612	22.247	10.817	16.765	80.008	43	151.492		
Adição	7.396	15.259	6.510	3.178	47.391	-	79.374		
Baixas/cancelamento de contratos	(944)	(321)	(2.875)	(2)	(11.090)	-	(15.222)		
Depreciação	(22.480)	(7.681)	(3.743)	-	(21.148)	-	(55.052)		
Transferência	67	2	19.035	(19.104)	-	-	-		
Saldos em 31 de dezembro 2024	5.651	29.506	29.744	837	95.171	43	160.952		

A Companhia avalia, anualmente, se existe uma indicação de que um ativo imobilizado possa estar acima de seu valor de mercado. Se houver alguma indicação, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. Não houve indícios de perda do valor recuperável do ativo imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Consolidado									
Saldos em 31 de dezembro 2022	31/12/2023	31/12/2024							
			2.673	2.298	-	16.565	23.871	-	45.407
Adição	-	613	183	-	-	-	796		
Adição por combinação de negócios	(1)	(1.030)	(586)	-	(32.348)	(348)	(34.313)		
Baixas/cancelamento de contratos	(18.028)	(3.737)	(5.720)	-	(30.601)	-	(58.086)		
Transferência	-	49	4.294	(4.343)	-	-	-		
Saldos em 31 de dezembro 2023	21.612	22.247	10.817	16.765	80.008	43	1		



* continuação

SOMOS SISTEMAS DE ENSINO S.A. - CNPJ nº 49.323.314/0001-14

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a. Garantias relacionadas com contingências adquiridas através da combinação de negócios passados: Em dezembro de 2019, a Companhia e o Grupo Cogna assinaram o acordo para vincular legalmente a indenização do vendedor em relação à aquisição da Somos pelo Grupo Cogna, a fim de indenizar a Companhia por todas e quaisquer perdas que possam ser incorridas relacionadas as contingências ou processos judiciais dos antigos proprietários. Após os eventos descritos nas notas explicativas 1, 20.1 e 20.3, relativos a reversão das contingências tributárias, e consequentemente das garantias excedentes aos processos remanescentes, em 31 de dezembro de 2024 o montante máximo a ser indenizado é de R\$ 150.326 (R\$ 203.942 em 2023). **b. Acordos de partilha de custos com partes relacionadas:** A Companhia e as partes relacionadas gastaram determinados montantes com base numa repartição do Grupo Cogna de serviços partilhados, incluindo o centro de serviços compartilhados, despesas de informáticas e atividades legais e de contabilidade, além de armazéns partilhados e outras atividades logísticas baseadas em acordos. Estas despesas totalizam R\$ 57.978 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 43.452 em 31 de dezembro de 2023). **c. Acordos de partilha de marcas e direitos autorais com partes relacionadas:** Em novembro e dezembro de 2019, a Companhia e as suas partes relacionadas celebraram acordos de partilha de marcas e direitos autorais com partes relacionadas, como se segue: (i) Em 6 de Novembro de 2019, a Companhia celebrou um acordo de licença de marca registrada (conforme emendado em 2020) com a EDE, pelo qual foi concedida a Companhia, sem custos, direitos de utilização relacionados com a marca "Pitágoras". Este acordo é válido por um período de 20 anos, automática e sucessivamente renovável pelo mesmo período. (ii) Em 6 de Dezembro de 2019, a Companhia também celebrou dois acordos de licença de marca (com as alterações introduzidas em 2020), nos quais os direitos de utilização relacionados com determinadas marcas, tais como "Somos Educação", "Editora Ática", "Editora Scipione", "Atual Editora", "Par Plataforma Educacional", "Sistema Maxi de Ensino", "Bilingual Experience", "English Stars" e "Rede Cristã de Educação", foram concedidos sem custos a determinadas partes relacionadas. Este acordo é válido por um período de 20 anos, renovável automática e sucessivamente pelo mesmo período. **d. Contratos de arrendamento e subarrendamento com partes relacionadas:** A Companhia e as partes relacionadas também partilharam a infraestrutura de armazéns arrendados e outras propriedades, que são despesas diretas do Grupo Cogna. As despesas relacionadas com estes pagamentos de arrendamento foram reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os pressupostos definidos pela Administração com base na utilização destes imóveis pela Companhia. No entanto, como parte da sua reestruturação empresarial, a Companhia celebrou contratos de arrendamento e subarrendamento com as suas partes relacionadas em 5 de dezembro de 2019, para continuar a partilhar estes armazéns arrendados e outros imóveis, como se segue:

Entidade Arrendatária	Contrapartida (Locador)	Pagamentos mensais	Maturidade	Taxa	Estado do Imóvel
Somos Sistemas de Ensino S.A.	Editora Scipione S.A.	R\$38	60 meses a partir da data do acordo	Índice de inflação	Pernambuco (Recife)

ii. Contratos de subarrendamento mercantil

Entidade (Locatário)	Contraparte (Locador)	Pagamentos mensais	Maturidade	Taxa	Estado do Imóvel
Editora e Distribuidora Educacional S.A. (EDE)	Somos Sistemas de Ensino S.A.	R\$596	30 setembro de 2025	Índice de inflação	São Paulo (São Paulo)
Somos Sistemas de Ensino S.A.	Editora Ática	R\$827	30 setembro de 2025	Índice de inflação	São Paulo (São José dos Campos)
Somos Sistemas de Ensino S.A.	Somos Sistemas de Ensino S.A.	R\$53	30 setembro de 2025	Índice de inflação	São Paulo (São José dos Campos)
Somos Sistemas de Ensino S.A.	Saraiva Educação S.A.	R\$207	30 setembro de 2025	Índice de inflação	São Paulo (São José dos Campos)

e. Demais operações: A Companhia assinou um acordo de doação com o Instituto Somos Educação, com o objetivo de cumprir os objetivos sociais e institucionais do Instituto. O CEO e alguns diretores da Companhia são membros do conselho de administração do Instituto. Foram realizadas doações ao Instituto Somos, totalizando R\$1.176, pagas em 4 datas diferentes ao longo do ano de 2024. **f. Remuneração do pessoal chave da Administração:** O pessoal chave da Administração inclui os membros da Diretoria da Companhia, do CEO e do vice-presidentes, para os quais a natureza das tarefas desempenhadas estava relacionada com as atividades da Companhia. Apresentamos a seguir a remuneração do pessoal chave da administração por natureza, para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Benefícios de curto prazo para funcionários	7.082	10.482
Plano de remuneração baseado em ações	5.487	7.532
	12.569	18.014

23. Patrimônio líquido: 23.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social subscrito e integralizado da Companhia totaliza R\$5.441.121, correspondente a 5.441.121.711 ações ordinárias nominativas.

23.2. Resultado por ação:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Resultado atribuível aos acionistas controladores da companhia	499.816	(78.078)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	5.441.121	5.441.121
Lucro por ação (básico)	0,09	(0,01)
Remuneração baseada em ações ("Plano de longo prazo")	732	-
Remuneração baseada em ações ("Bonus IPO")	344	-
Total de diluição	1.076	-
Lucro por ação (diluído)	0,09	(0,01)

23.3. Reserva de capital e opções outorgadas: Reserva de Capital: O saldo da reserva de capital no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 totaliza um saldo de R\$ 105.824 (R\$ 97.123 em 31 de dezembro de 2023). **Opções outorgadas:** Em 23 de julho de 2020, a controladora direta Vasta aprovou um plano de opção de compra de ações denominado ("RSU" ou "Unidades de Ações Restritas"). O objetivo do plano de RSU era de aumentar o envolvimento de pessoas elegíveis na criação de valor e lucratividade da Companhia, proporcionando a essas pessoas elegíveis a oportunidade de obter ações restritas e, assim, incentivar as pessoas elegíveis em contribuir para o desempenho e crescimento de longo prazo do negócio. Em virtude da conclusão do processo de IPO em julho de 2020, foram concedidas ações adicionais aos executivos da Companhia, consideradas como bonus do IPO. Em Agosto de 2023 a Administração da Companhia aprovou um novo plano de incentivo de longo prazo (LTP), baseado no atingimento de certas metas definidas pela Companhia ("Performance Shares Unit" ou "PSU"), com outorga em 2023 e *vesting* em 2026, 2027 e 2028. Considerando os planos anteriormente citados, a Companhia reconheceu as despesas relativas às outorgas do Plano de Ações Restritas no montante de R\$ 8.701 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$13.381 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023) em contrapartida a reservas de capital no patrimônio líquido.

24. Receita líquida de vendas e serviços

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Sistemas de Ensino	1.045.572	1.018.445	1.081.926	958.674
Editoras	144.384	182.862	144.384	123.358
Soluções complementares	229.554	189.973	236.023	196.305
Outros produtos e serviços	201.460	35.228	211.858	208.206
Total	1.620.970	1.426.508	1.674.191	1.486.273
Vendas	1.552.095	1.391.280	1.588.775	1.440.259
Serviços	68.875	35.228	85.416	46.014
Receita Líquida	1.620.970	1.426.508	1.674.191	1.486.273

25. Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Matérias-primas e custos de produção	(361.912)	(355.344)	(375.177)	(342.046)
Salários e encargos	(305.323)	(291.162)	(323.000)	(307.948)
Depreciação e amortização	(286.385)	(281.430)	(294.084)	(287.778)
Direitos autorais	(101.596)	(96.584)	(101.596)	(96.596)
Publicidade e propaganda	(95.385)	(57.875)	(96.428)	(68.194)
Provisão para perdas esperadas	(51.304)	(55.714)	(53.003)	(55.714)
Custos editoriais	(40.411)	(40.412)	(40.411)	(40.412)
Serviços terceirizados (ii)	(52.309)	(35.005)	(54.378)	(37.002)
Viagens	(32.674)	(27.822)	(32.907)	(28.516)
Serviços de consultoria e assessoria	(23.601)	(23.321)	(25.998)	(27.589)
Aluguel e taxas de condomínio	(8.887)	(10.587)	(15.725)	(23.943)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para contas a pagar por aquisições	-	(23.562)	-	(23.562)
Provisão para estoques obsoletos (nota 10)	(43.206)	(22.006)	(41.492)	(22.006)
Utilidades, limpeza e segurança	(13.340)	(14.883)	(13.939)	(15.760)
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos (<i>impairment</i>)	(8.271)	-	(8.271)	-
Outras despesas operacionais	(3.589)	(2.759)	(3.590)	(4.522)
Impostos e contribuições	(5.628)	(3.476)	(5.689)	(4.015)
Material	(3.675)	(2.848)	(3.766)	(3.024)
Despesas gerais e administrativas - outras despesas	(1.220)	(390)	(1.683)	(379)
Receita de contratos de arrendamento e subarrendamento com partes relacionadas	10.140	13.071	10.140	13.071
Reversão para perdas fiscais, cíveis e trabalhistas (i)	116.221	9.090	116.722	9.611
Outras receitas operacionais	4.282	13.699	4.286	13.699
	(1.309.073)	(1.309.320)	(1.359.989)	(1.352.682)
Custos das vendas e serviços	(636.900)	(582.507)	(653.742)	(573.935)
Despesas com vendas	(275.775)	(230.194)	(282.671)	(246.096)
Despesas gerais e administrativas	(337.515)	(428.283)	(362.997)	(462.495)
Provisão para perda esperada	(51.304)	(55.714)	(53.003)	(55.771)
Outras receitas operacionais	4.282	13.699	4.286	13.699
Outras despesas operacionais	(11.861)	(26.321)	(11.862)	(23.084)
	(1.309.073)	(1.309.320)	(1.359.989)	(1.352.682)

(i) Inclui R\$ 102.431 relacionados a uma reversão de contingências fiscais (apresentadas na nota 20), como resultado da mudança na probabilidade de perda dos processos fiscais mencionados na nota 1.1 (a), (ii) Inclui R\$ 9.333 relacionados à provisão para honorários de sucesso em processos tributários mencionados na nota 1.1 e apresentados em "serviços de terceiros".

26. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras				
Recebimentos sobre aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (i)	22.232	35.603	24.547	40.155
Receita financeira de ativos de indenização	22.358	23.723	22.358	23.723
Reversão de contingências tributárias (ii)	206.961	-	206.961	-
Atualização monetária em empréstimos a partes relacionadas	12.445	5.372	12.445	5.372
Outras receitas financeiras	13.087	7.771	13.154	6.711
	277.083	72.469	279.465	75.961

Despesas financeiras

Juros sobre debêntures	(96.760)	(117.495)	(96.760)	(117.495)
Juros de aquisições de combinação de negócios	(59.334)	(65.207)	(59.334)	(65.207)
Juros de fornecedores e risco sacado	(44.129)	(38.068)	(44.401)	(38.228)
Taxa bancárias e de cobrança	(775)	(1.361)	(1.523)	(5.695)
Juros sobre provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(38.231)	(57.923)	(38.218)	(58.284)
Juros sobre arrendamento	(10.997)	(12.330)	(11.584)	(12.717)
Outras despesas financeiras	(9.050)	(7.170)	(9.127)	(7.282)
	(259.276)	(299.554)	(260.947)	(304.908)

Resultado Financeiro

(i) Receita de títulos e valores mobiliários indexados ao CDI. (ii) Conforme mencionado na nota 20.a, a Companhia realizou a reversão de despesas financeiras/juros de contingências no valor de R\$ 206.961, em decorrência de uma mudança na probabilidade de perdas esperadas dos processos para "remoto".

27. Transações sem efeito em caixa: As principais transações sem efeito caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão apresentadas a seguir: (i) Adições de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento no valor de R\$ 47.391 e R\$ 23.871 (nota explicativa 12). (ii) Baixas de contratos de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento mercantil no montante de R\$ 13.033 e R\$ 38.386 (nota explicativa 16). (iii) Contas a pagar assumidas na aquisição da Escola Start, no valor de R\$ 1.698.

ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA		
Guilherme Melega Diretor Presidente	Cesar Augusto Silva Diretor Financeiro	Marcelo Vieira Werneck Controlador - CRC RJ 091570/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

So Conselho de Administração e Acionistas da **Somos Sistemas de Ensino S.A.** - São Paulo - SP **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Somos Sistemas de Ensino S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Somos Sistemas de Ensino S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável de unidade geradora de caixa que contém ágio por expectativa de rentabilidade futura: Veja Notas Explicativas nº 2.1(d), 3.2 (d), 4.3.8 e 13 das demonstrações financeiras individuais consolidadas.

Principal assunto de auditoria: Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta, em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

valores significativos de ágio por expectativa de rentabilidade futura decorrentes de combinações de negócios, os quais devem ser testados no mínimo anualmente para a identificação da necessidade de reconhecimento de redução ao valor recuperável, conforme norma contábil em vigor. A determinação do valor em uso da unidade geradora de caixa (UGC) é baseada em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente que envolvem premissas significativas tais como: (i) a margem LAJIDA (Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização); (ii) crescimento médio da receita líquida; (iii) taxa de crescimento na perpetuidade; e (iv) taxa de desconto. Devido às incertezas e julgamentos relacionados com as principais premissas utilizadas para estimar os fluxos de caixa futuros das unidade geradora de caixa, que, se alteradas, poderão resultar em valores substancialmente diferentes dos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como e suas divulgações relacionadas, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria endossou esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram mas não se limitaram a: - análise, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das premissas significativas utilizadas pela Companhia para a projeção dos fluxos de caixa futuros, e comparação das premissas de taxa de crescimento na perpetuidade e taxa de desconto com informações de mercado disponíveis, e comparação das premissas de margem LAJIDA e crescimento médio da receita líquida com o desempenho histórico e previsões anteriores. - recálculo, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, do valor presente dos fluxos de caixa projetados pela Companhia para a unidade geradora de caixa; - comparação do valor contábil líquido com o valor em uso da unidade geradora de caixa; e - avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o valor recuperável da unidade geradora de caixa que contém ágio por expectativa de rentabilidade futura, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e

consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia

e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2025

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
 CRC 2SP-014428/O-6

Flávio Gozzoli Gonçalves
 Contador CRC 1SP 290557/O-2

STF decide que prática de revista vexatória em presídios é ilegal

Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu na quarta-feira (2) que a prática de revista íntima vexatória nos presídios do país é ilegal. A medida é usada pela administração penitenciária para evitar a entrada de drogas, armas e celulares.

Com a decisão, a Corte passa a entender que a inspeção

das cavidades corporais e o desnudamento de amigos e parentes de presos sem justificativa é "inadmissível".

Dessa forma, drogas e objetos ilegais encontrados nos corpos de visitantes não poderão ser usados como provas para criminalizá-los, se forem obtidos a partir da revista vexatória.

Apesar da proibição, a Corte entendeu que a administração dos presídios pode negar a entrada de visitantes que não aceitaram passar por nenhum tipo de revista. Contudo, a inspeção deve ser justificada com base em suspeitas de porte de objetos ilegais, denúncias anônimas e informações de inteligência.

O Supremo definiu ainda prazo de 24 meses para que presídios de todo o país comprem scanners corporais, esteiras de raio-x e portais detectores de metais. Recursos do Fundo Penitenciário Nacional e do Fundo Nacional de Segurança Pública deverão ser usados pelo governo federal e os estados para a com-

pra dos equipamentos.

A Corte julgou um recurso do Ministério Público para reverter a absolvição de uma mulher flagrada tentando entrar em um presídio de Porto Alegre com 96 gramas de maconha, que estavam enrolados em um preservativo e acondicionados na vagina.

Na primeira instância, ela foi

condenada, mas a Defensoria Pública recorreu ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), que a absolveu, por entender que o procedimento de revista íntima foi ilegal.

O caso tramitava no STF desde 2016 e já foi alvo de sucessivas interrupções por pedidos de vista ao longo dos anos. (Agência Brasil)

Empreendedor leva 53 segundos para consultar viabilidade de nome de empresa no Paraná

Um empreendedor leva apenas 53 segundos, em média, para consultar a viabilidade de nome de uma empresa no Paraná, tempo muito inferior à média brasileira, que é de 1 hora e 12 minutos. Esses são os tempos calculados no mês de março, de acordo com o relatório da Junta Comercial do Paraná (Jucepar), órgão do Governo do Estado, vinculado à Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços, a partir da RedeSim, do governo federal.

Segundo o documento, divulgado na quarta-feira (2), a

agilidade desse processo colocou o Paraná entre os cinco estados mais rápidos nesse quesito no Brasil, que oferecem a consulta em menos de um minuto. Nas primeiras posições também aparecem Pernambuco, Rondônia, Tocantins e Piauí. Das cinco unidades federativas, o Paraná é o que teve o maior volume de processos analisados no período (7.143). Em fevereiro o Estado aparecia em 9º.

Outro avanço apontado no relatório de março foi em relação ao tempo médio de regis-